

A EUGENIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

NOS PERÍODOS
DO ESTADO NOVO
& DITADURA MILITAR

UBIRATAN MACHADO BALIM

A EUGENIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

NOS PER ODOS DO ESTADO NOVO
& DITADURA MILITAR

UBIRATAN MACHADO BALIM



EDIURCAMP

BAGÉ/2023

Editora do Centro Universitário da Região da Campanha

Av. Tupy Silveira, 2099
CEP 96400-110 - Bagé - RS - Brasil
Telefone: (53) 3242-8244 – Ramal 1102
E-mail: ediurcamp@urcamp.edu.br
Site: www.ediurcamp.urcamp.edu.br

FAT - Fundação Áttila Taborda**Presidente**

Antônio Ivanhoé P. de Souza Sobrinho

URCAMP – Centro Universitário da Região da Campanha**Reitor**

Antônio Ivanhoé P. de Souza Sobrinho

Vice-Reitor

Guilherme Cassão Marques Bragança

Pró-Reitor de Inovação, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Guilherme Cassão Marques Bragança

Pró-Reitora de Ensino

Marília Pereira de A. Barbosa

Pró-Reitora Adjunta

Ana Carolina Zago

Pró-Reitor de Administração

Ronald Rolim de Moura

Editora Chefe

Ana Cláudia Kalil Huber

Assessora Técnica

Bibl. Maria Bartira N. C. Taborda

Projeto Gráfico e Diagramação

Darlan Almeida da Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cláudia Kalil Huber	Dra. (Urcamp)
Ana Zilda Ceolin Colpo	Dra. (Urcamp)
Antônio Ivanhoé P. de Souza Sobrinho	Dr. (Urcamp)
Gabriela da Silva Schirmann	Me. (Urcamp)
Guilherme Cassão M. Bragança	Dr. (Urcamp)
Henry Gomes de Carvalho	Me. (Urcamp)
Marília Pereira de A. Barbosa	Me. (Urcamp)
Mônica L. Palomino de los Santos	Dra. (Urcamp)
Sandro Moreira Tuerlinckx	Dr. (Urcamp)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B186e Balim, Ubiratan Machado.
A eugenia nos livros didáticos nos períodos do estado novo e ditadura militar. / Ubiratan Machado Balim. - Bagé: Ediurcamp, 2023.
66p. Livro digital
ISBN: 978-65-86471-28-1
1.Eugenia. 2.Livro Didático. I.Título.
CDD: 371.32

Catalogação elaborada pelo Sistema de Bibliotecas FAT / Urcamp
Bibliotecária Responsável: Maria Bartira N. C. Taborda CRB: 10/782

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (Eric Hobsbawn, 1994)

AGRADECIMENTOS

O sentimento mais nobre que pode haver no ser humano é a gratidão. É quando reconhecemos que, se somos alguma coisa ou chegamos a algum lugar, foi porque alguém nos permitiu, nos ajudou, nos motivou, ensinou e até mesmo corrigiu e disciplinou. Portanto, ao finalizar a graduação em História, preciso ser honesto e acima de tudo grato, não cheguei aqui sozinho. Creio que tudo na vida tem um propósito, que Deus em sua infinita sabedoria, dirige nossas vidas, colocando em nosso caminho, pessoas que vão somar, acrescentar algo de positivo; chamo-as de instrumentos de Deus. Então sou grato a Ele que me permitiu, dentro de minhas limitações e inseguranças, chegar até aqui. Sou grato porque os instrumentos usados por Ele na figura de familiares, colegas e professores, foram fundamentais nessa trajetória.

Agradeço a minha família que é o meu universo. A minha esposa Enilda, que ao vê-la se formando despertou em mim o desejo de ter uma graduação também. Por vezes dizia que eu deveria voltar a estudar. As minhas filhas Michele, Eduarda e Luísa, que digas-se de passagem, foi minha “companheirinha”, ajudando-me nas minhas dificuldades com a tecnologia, editando alguns trabalhos e me auxiliando na construção do portfólio na forma de um site. Grato família. Amo vocês.

Um agradecimento especial ao meu chefe na empresa onde trabalho (Gráfica Instituto de Menores), Jaime Bonato. Pelas vezes que permitiu mesmo em horário de trabalho fazer provas, deu-me duas férias no ano para que pudesse fazer o estágio, minha eterna gratidão. Aos meus colegas de trabalho pela compreensão por umas saídas antecipadas ou mesmo algumas faltas que talvez tenha sobrecarregado alguns, grato a vocês também.

A turma de colegas que me acolheu. Voltando a estudar aos 52 anos de idade, me sentindo perdido, fui tão bem recebido que no meio deles me sentia com a idade de jovem ainda. Preciso citar nomes, se não cometeria injustiça.

Meu primeiro grupo de trabalho, Felipe, Érica e Gabriel, a ajuda de vocês foi especial; ajudaram-me a me ambientar. Fizemos um ótimo trabalho juntos. Muito obrigado. Mariana, Lili, Odonel, Marilaine, nas oportunidades que fizemos trabalhos juntos aprendi muito. Sou grato a vocês. E meu grupo especial, Miriã, Kátia e Antônio. Kátia, com seus vinte e poucos anos, parecia minha mãe com sua preocupação; grato minha amiguinha por tudo. Inclusive quando me enviava material preocupada com o meu TCC, sempre se colocando à disposição para me auxiliar. Tu és demais, muito obrigado. Miriã (Midi), quanta generosidade, sabedoria, aprendi tanto contigo quanto com os professores, nosso grupo não seria o mesmo sem você. Ganhei uma grande amiga.

E finalmente e de maneira proposital, deixei para o final aqueles que fizeram de fato as coisas acontecerem, os professores. Cada um com seu estilo peculiar contribuiu para essa graduação. Professor Glauber, com seu bom humor e visão, Professora Cristiane Pereira, com sua delicadeza, sabedoria e paciência, fez de um semestre um momento marcante. Professora Lula Barros, sensível, amável, delicada e sempre acessível e logicamente competente, muito obrigado. Cris Severo, sua saída repentina deixou um vazio e uma expectativa de que iríamos continuar; você tem parte no sucesso. A Professora Viviane Gentil carrega no sobrenome a sua marca registrada, acompanhado de sua competência, obrigado. Professora Gabriela, capacidade e competência não tem idade, tão acessível que em dados momentos na sala de aula parecia uma de nós, você é dez. Professora Ângela Carretta, como já disse, no panteão grego você seria a deusa da gentileza, do carinho, do amor; é a personificação da bondade. Por fim, vai meu agradecimento especial aquela que sonhou e realizou o sonho de outros: Dr^a. Profa. Clarisse Ismério de Oliveira. Dispensando apresentações e falando com coração, muito obrigado por proporcionar esse momento. Sou o resultado de sua persistência, generosidade e doação. Lutou minhas batalhas, defendeu meus direitos quando esse não era seu dever. Minha eterna gratidão.

Creio que vocês foram os instrumentos usados por Deus para meu êxito, sem os quais nada seria possível. Foram dias de incerteza, medo, desânimo em alguns momentos, vontade de desistir em outros, mas vocês foram fundamentais para que eu pudesse prosseguir. Termino com uma citação de São Paulo aos romanos que diz: “Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito (Romanos 8:28)”.

O propósito de Deus foi alcançado, quando todos vocês se deixaram usar para abençoar e engrandecer minha vida.

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO 09
- 2 PENSAMENTO EUGÊNICO E OS PRESSUPOSTOS CIENTÍFICOS 13
- 3 EUGENIA E O BRANQUEAMENTO DO BRASIL 25
- 4 LIVROS DIDÁTICOS COMO INSTRUMENTO DISCRIMINATÓRIO 29

5

A EDUCAÇÃO COMO
INSTRUMENTAÇÃO EUGÊNICA

35

6

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

47

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

55

8

REFERÊNCIAS

59

INTRODUÇÃO

1

A crescente onda de racismo no Brasil e no mundo precisa ser questionada, analisada, entendida e combatida. Movimentos de supremacia racial surgem nos quatro cantos do planeta. Racismo, xenofobia são notícias de primeira página nos jornais. Conhecer a origem e os motivos que estão por trás desses movimentos pode ajudar a fazer um enfrentamento contra aqueles que defendem tais ideologias. Ideologia essa que quase mudou a geografia do continente europeu, sob as botas da Alemanha de Adolf Hitler. George Floyd, 43 anos, afro-americano assassinado por estrangulamento após ser abordado pela polícia em 25 de maio de 2020 na cidade de Minneapolis. Reverendo Martin Luther King, 39 anos, prêmio Nobel da Paz em 1964, assassinado a tiros em 4 de abril de 1968 na cidade de Memphis. Essas mortes que ocorreram em épocas tão distantes têm algo em comum. Dois homens negros mortos em função de sua cor e por terem seus direitos desrespeitados. Segunda Guerra Mundial 1938-1945, seis milhões de judeus mortos por conta de sua etnia, apenas para não ser muito específico. Eugenia, do grego, boa linhagem ou bom nascimento, essa tem sido a mola propulsora para atitudes de segregação, antissemitismo e racismo estrutural ao longo da história. Segundo a historiadora Pietra Diwan (2020), encontramos na Antiguidade as raízes desse pensamento que ganha força na metade do século XIX e início do século XX.

Os ideais eugênicos modernos remontam à antiguidade. Os padrões de beleza física da Grécia Antiga, assim como os exemplos de força dos exércitos de Esparta e, séculos antes, as regras de higiene dos hebreus, também inspiraram os teóricos eugenistas da segunda metade do século XIX e princípios do século XX. Na Grécia colocou-se em prática uma medida que tinha em vista a purificação da raça, durante o apogeu da cidade-estado de Esparta. (DIWAN, 2020, p. 22)

De acordo com a autora, o pensamento de superioridade racial permeou não somente a Antiguidade, mas se inseriu no cristianismo medieval e fez também parte das justificativas para a dominação dos europeus aos povos

das Américas e outros continentes.

Mesmo na Idade Média, em que tudo era resultado da vontade divina, a noção de superioridade do povo cristão sobre os muçulmanos em relação à posse da Terra Santa e a da inferioridade indígena para justificar a dominação do Novo Mundo podem ser constatadas. (DIWAN, 2020, p. 23)

Diante do que foi exposto buscamos responder a seguinte problemática: De que forma a Eugenia era transmitida nos livros didáticos de história nos períodos do Estado Novo e Ditadura Militar?

Assim, temos como objetivo geral analisar a forma com que a Eugenia era transmitida nos livros didáticos de história. De forma específica, contextualizar o processo eugênico na formação e desenvolvimento das sociedades e como se construiu o pensamento eugênico; descrevendo os resultados do pensamento eugênico ao longo da história; procurando entender como a Eugenia se difundiu dentro do sistema educacional brasileiro e segregou negros no processo de aprendizagem. Para isso será feita essa análise sobre a Eugenia nos livros didáticos.

Trata-se de uma pesquisa histórica, baseada na corrente teórica História Cultural que assim se caracteriza porque, no “método histórico, o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 37).

Para reconstrução dos caminhos do pensamento eugenista, utiliza-se da História Cultural que, segundo Vainfas (2002), preocupa-se em analisar a sociedade e reconstruir os fatos de maneira que sejam passíveis de compreensão e interpretação. Portanto:

[...] pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos, isto é, das representações do mundo social que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ou gostaria que fosse (CHARTIER, 1990, p. 25).

Para isso serão analisados, livros didáticos publicados nas décadas de 1930 e 1970, onde o pensamento eugênico é explícito ou mesmo implícito. Essa análise visa entender quão profunda e impactante é a influência do livro didático na formação do pensamento. Como nos diz Salles:

O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. (...) Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo (FONSECA, 1999 apud CORRÊA, 2000 p. 12).

Diante do exposto, o presente trabalho divide-se em cinco capítulos. O primeiro trata da origem do pensamento eugênico, dos resultados da aceitação

e disseminação de seus ideais e da base científica na qual os defensores da Eugenia basearam seus pressupostos. O segundo capítulo, por sua vez, expõe a ideia do branqueamento do Brasil e como a imigração, especialmente de povos europeus, foi usada nesse processo de criar uma raça nobre e superior. O Capítulo três lidou com o tema dos livros didáticos e de como a imagem do negro era representado no período do Estado Novo. No quarto capítulo, foi feita a análise dos livros e como o processo educacional no país ajudou a propagar a mentalidade eugênica. Finalmente, no quinto capítulo, tratou-se do período da Ditadura Militar e como ainda permanecia a Eugenia nas imagens de cartilhas e conteúdo dos livros didáticos, através dos quais se destacou a Educação Moral e Cívica como o instrumento de difusão de uma premissa e também do pensamento eugênico já arraigado na sociedade brasileira.

2

**PENSAMENTO EUGÊNICO E OS
PRESSUPOSTOS CIENTÍFICOS**

Há algumas semanas, numa partida de futebol ocorrida entre duas equipes tradicionais que disputam o Campeonato Brasileiro da modalidade, dois jogadores se desentenderam e um deles chamou o outro de macaco, pois esse era negro. Houve uma grande polêmica e o fato levou os envolvidos a uma delegacia de polícia. O momento atual vivido pelo nosso país não é algo singular: na Europa torcedores fazem gestos e sons imitando macacos em afronta aos jogadores adversários. No entanto, as discriminações não se resumem apenas à questão da cor da pele, mas também da diferença de nacionalidade, sexo, religião, etc. Como mencionado anteriormente, o pensamento da superioridade racial não é algo novo, remonta a antiguidade, nasceu na Grécia Antiga, especificamente em Esparta, com sua cultura bélica. No entanto, nos últimos séculos ganhou uma nova aparência e uma dimensão acadêmica sustentada por supostas pesquisas científicas. Esse pensamento foi alimentado de tal forma até que ganhou esse viés. Francis Galton, antropólogo, primo do naturalista Charles Darwin, foi quem começou a divulgação do pensamento eugênico na Inglaterra. Para ele a hereditariedade contribuía para a formação de bem-nascidos ou boa linhagem. Diwan entende que o pensamento higienista moderno ganha força após o lançamento do livro *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, é quando Galton formula a teoria de melhoramento da raça humana sob o ponto de vista biológico (DIWAN, 2020).

O eugenismo moderno origina-se dessa ideia primordial e, até a metade século XX, tratará de cooptar médicos e biólogos com opiniões políticas e filosóficas as mais variadas. Muito antes da ascensão do nazismo a eugenia foi legalizada em países de tradição democrática. (DIWAN, 2020, p. 47)

Os ideais eugenistas estarão no cerne de cada pensamento de supremacia de grupos e indivíduos que anseiam pelo poder. Serão usados

como justificativa por uma pseudociência como base científica para dar status de verdade. Embora sem êxito em seu país de origem, as ideias preconceituosas de Galton ganharam força em outros países, e vemos os efeitos nefastos que a história registrou e ainda registra em virtude da aceitação de tais princípios. Mentres brilhantes, homens influentes se renderam às suas ideias.

A eugenia chegou ao poder e foi usada como arma política de discriminação social e limpeza étnica. Alemanha, Estados Unidos e Escandinávia, seus maiores executores. Mas os cinco continentes se renderiam à ciência da boa linhagem. (DIWAN, 2020, p. 46)

Com o avanço do conhecimento na era moderna e a libertação da influência do pensamento religioso, novas teorias surgem. Segundo Petean (2014), é no empirismo, o método científico de observação desenvolvido por Francis Bacon, que nasceu a base para o desenvolvimento das teorias racistas. Ele afirma que:

O pensamento racista ou "racismo científico" nasce e está associado a este novo modelo de ciência, que se baseia na experimentação e observação da natureza utilizando o método indutivo e que crê no progresso do conhecimento e da humanidade. A ideia tanto do progresso do conhecimento, quanto da humanidade, está presente na filosofia das luzes e no seu filho direto, o positivismo (...) seguindo essa lógica, podemos afirmar que, durante o século XIX, com o avanço e o predomínio das ciências naturais, sobretudo da biologia, sobre as ciências humanas, que o conceito de raça passou a ser utilizado para definir as diferenças físicas entre os seres humanos e, fundamentalmente, para explicar as diferenças entre sociedades (PETEAN, 2014, p. 121, 122)

Para ele, foi a distorção de conceitos e ideias que deu a base necessária para que a teoria de superioridade racial se desenvolvesse.

As ciências humanas, principalmente a sociologia e a antropologia, ao utilizarem o conceito de "raça", empregado pela biologia para explicar o comportamento ou características de determinados animais, buscou relacionar o comportamento de determinados seres humanos com suas características "raciais", ou melhor, com suas características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, diâmetro do crânio e outras características de ordem física que podem ser captadas pela observação científica), originando uma concepção teórica sobre o comportamento que contribuiu para a formulação de ideias racistas, como se a aparência física fosse condição para explicar *a priori* o comportamento de seres humanos e suas diferenças sociais e culturais. Desta forma buscou-se criar um vínculo entre os caracteres fenotípicos, o comportamento e o desenvolvimento intelectual, como se essa relação fosse uma lei natural e objetiva encontrada no decorrer da história da humanidade, naturalizando a História. Portanto, o fenótipo passou a ser o dado principal para se compreender o comportamento de determinados sujeitos sociais, assim como suas respectivas capacidades intelectuais (PETEAN, 2014, p. 123, 124).

Para ele, "o racismo científico evoluiu no tempo. No início do século XIX, as definições sobre" raça "superior e inferior estavam ligadas aos aspectos externos tais como: a cor da pele, o formato do nariz, o tipo de cabelo, e etc." (PETEAN, 2014, p. 129), também afirma que com o desenvolvimento da biologia,

...o esqueleto passou a ser objeto de análise e “definidor” de comportamento e capacidades intelectuais”. O crânio passou a ser o objeto de estudo e o seu diâmetro e formato foi associado a capacidade intelectual de determinadas “raças”. Esses estudos deram origem à frenologia e à craniometria.

A Frenologia foi usada como base científica para justificar, segundo os defensores da eugenia, a desigualdade biológica.

Tendo por base uma ciência positiva e determinista, pretendia-se explicar com objetividade a partir da frenologia, isto é, da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas, uma suposta diferença entre grupos humanos. Dessa maneira a “raça” era introduzida a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos humanos em função de seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania. Assim, diante da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela república de 1889 (SCHWARCZ, 2001 apud PETEAN, 2014, p. 129).

O desenvolvimento desse embrião gerou um monstro que assombrou parte do século XIX e XX, teve um ocaso por conta da segunda guerra mundial e das ações de Adolf Hitler, mas, como Fênix, renasceu das cinzas. Galton trabalhou arduamente para a divulgação do pensamento eugenista e em 1875 publicou um livro com suas teorias sobre hereditariedade *A Theory of Hereditary*, onde tentou provar que talento e boa educação são herdados, e que pessoas sem qualificações morais e bom nascimento devem ser eliminadas pelo processo de seleção natural. Em 1873, na publicação de um manifesto, ele expôs suas ideias.

Galton propõe que o valor da raça é superior e mais importante do que educação e o meio ambiente. *Hereditary Improvement* prega a necessidade de que débeis poupem a sociedade de seus descendentes adotando o celibato. Assim, o processo de seleção natural seria cumprido e respeitado, permanecendo os mais aptos cada vez mais fortes e os menos aptos com a tendência de desaparecer gradativamente (DIWAN, 2020, p. 43).

Para Diwan (2020), a eugenia ensinada por Galton ficou conhecida como eugenia positiva ou clássica, que, de acordo com ela, tinha como objetivo principal criar um “haras humano” povoando o planeta com gente sã, estimulando casamentos entre os “bem-dotados” biologicamente. Por outro lado, havia a versão negativa da eugenia, que visava o aperfeiçoamento da raça por métodos não tão ortodoxos. Na América foram criadas leis de esterilização compulsórias para os indivíduos fora do padrão. Dentre esses métodos está a eutanásia, infanticídio e o aborto. Diwan (2020) nos diz que entre os anos 1939 e 1945, os países invadidos pela Alemanha nazista implantaram esses métodos, tirando a vida de milhões de pessoas de grupos étnicos e religiosos, adultos e crianças em favor da tal pureza racial. Por conta disso, podemos achar que a ideia da pureza racial nasceu na Alemanha de Hitler, mas não.

Muitas das idéias implantadas pela Alemanha nazista foram inspiradas nas leis eugênicas implantadas nos Estados Unidos... os

Estados Unidos praticavam leis e interdições de casamentos entre doentes mentais, alcoólatras e pessoas com doenças venéreas. Em 1855, foi implantada a castração para homens no estado do Kansas (DIWAN, 2020, p. 51).

Foram criadas sociedades e comitês em defesa da eugenia. Leis contra a imigração, para como diz Diwan, “prevenir o suicídio da raça”, e nessa estereótipo veio a segregação racial, que é um câncer na história da sociedade americana e até hoje rende seus frutos.

A discriminação étnica serviu até mesmo como justificativa para que os japoneses por exemplo, fossem considerados como animais durante o período da Segunda Guerra Mundial. Munhoz (2020), nos conta acerca de propagandas divulgadas por meio de panfletos, cartazes e mesmo filmes, o governo americano incitou ódio racial contra o povo oriental, ele descreve da seguinte forma:

É possível notar tanto em campanhas estatais quanto privadas, que o sentimento de ódio aos japoneses foi particularmente explorado por meio de imagens. Os pôsteres talvez tenham sido o meio por intermédio do qual mais se difundiu tais mensagens, mesmo se considerarmos os filmes e desenhos animados produzidos no mesmo período [...] Ambos, desenhos animados e pôsteres, comumente teciam associações entre japoneses e animais, como jumentos, urubus, cobras e macacos. Havia algo, no entanto, mais importante que enfatizar a superioridade cultural e social dos estadunidenses em relação aos “japs”: era imperativo impingir-lhes inferioridade biológica (MUNHOZ, 2020, p. 102).

A segregação étnica é só mais um dos ramos da eugenia, no âmbito da questão está na realidade a defesa de uma raça pura no sentido biológico, psicológico e social. O que os representantes dessa ideia pernicioso defendiam e ainda defendem é a criação de uma sociedade pura e limpa, no conceito deles. De acordo com Diwan, um documento oficial de Chicago reza o seguinte:

É socialmente inapto toda pessoa que, por seu próprio esforço, é incapaz de fazer o mesmo, por comparação, que as pessoas normais, não sendo um membro útil da vida social e organizada do estado. As classes sociais dos inaptos são as seguintes: 1. Os débeis mentais; 2. os loucos (e os psicopatas); 3. os criminosos (os delinquentes); 4. os epiléticos; 5. os alcoólatras (e todos os tipos de viciados); 6. os doentes (tuberculosos, sífilíticos, leprosos, e todos com doenças crônicas e infecciosas); 7. os cegos; 8. os surdos; 9. os disformes; 10. os indivíduos marginais (órfãos, vagabundos, moradores de rua e indigentes). (DIWAN, 2020, 54)

Para os defensores da eugenia, esses problemas não eram apenas sociais, mas genéticos e como tal deveriam ser tratados. Essa raça inferior deveria ser eliminada, e a lei da seleção natural precisava de uma ajuda. É surreal, mas os documentos registram de maneira fria o pensamento e também o comportamento de uma sociedade que seleciona quem vive, quem reproduz e quem morre. E se eliminar por meio da seleção natural não era o suficiente, algo precisava ser feito para que as raças consideradas inferiores desaparecessem ou, pelo menos, não interferissem no processo evolutivo dessa raça superior. Diwan (2020) nos diz que “a primeira lei de esterilização foi realizada nos

Estados Unidos em 1907". Ela ainda nos informa que centenas de milhares de esterilizações foram realizadas no mundo todo sob o argumento da melhoria da raça." o que parece indicar que uma sociedade civilizada precisa justificar atos de barbárie. No âmago dessa questão, está o pensamento eugenista que tendo o amparo de uma pseudociência, define quem é apto para aprender, viver ou morrer e quem não é. Histórias como as de Rosa Parks, do Reverendo Martin Luther King e de Ruby Bridges, por exemplo, ilustram o poder nefasto da Eugenia. Cada um destes personagens sofreu na pele, os efeitos dessa ideologia perniciosa. No estado do Alabama havia leis de segregação, e, nos transportes públicos, negros sentavam nos assentos de trás, e brancos, nos assentos da frente. Em 1º de dezembro de 1955, Rosa Parks recusou-se a ceder seu lugar para um passageiro branco e, após ser advertida pelo motorista, foi levada presa. Surgiram em função disso, protestos e boicotes aos meios de transportes, e o ícone do movimento negro norte-americano Martin Luther King, presta apoio a Parks. Em autobiografia, King relata o acontecimento:

Em 1º de dezembro de 1955, a sra. Rosa Parks recusou-se a deixar seu lugar quando o motorista de um ônibus lhe pediu que se levantasse e passasse para a parte traseira. A sra. Parks estava sentada na primeira fileira de uma seção não reservada. Todos os lugares atrás estavam ocupados, e se ela seguisse a ordem do motorista teria de ficar de pé e ceder o lugar para um passageiro de sexo masculino que tinha acabado de pegar o ônibus. De uma forma digna e tranquila, tão característica de sua radiosa personalidade, ela se recusou. Em resultado disso, foi presa. É impossível entender o ato da sra. Parks até se perceber que um dia a xícara da paciência acaba entornando e a personalidade humana solta um grito: "Eu não aguento mais isso." Sua recusa em passar para a parte traseira foi uma afirmação para o mundo, intrépida e corajosa, de que ela atingira o seu limite (KING, sd, p. 44)

Este fato foi o estopim para o surgimento do movimento de defesa dos direitos civis dos negros que se desenvolveu em Montgomery, no estado do Alabama. A segregação não respeitou nem mesmo a questão das crianças. No dia 14 de novembro de 1960, Ruby Brigds, de seis anos, foi a primeira criança negra a estudar numa escola para brancos, no estado da Louisiana em Nova Orleans, na escola William Frantz Elementary School, num projeto do governo federal de integração escolar na tentativa de acabar com o apartheid. No primeiro dia de aula a menina precisou de escolta policial. O ato foi recebido com indignação pelos pais de crianças brancas e pela comunidade escolar. Os professores se recusaram a ensinar uma criança negra, e os pais retiraram seus filhos da escola. Apenas uma professora e mais quatro crianças brancas permaneceram. Essa ferida permanece aberta, a segregação não terminou. A igualdade ainda é um sonho. Como mencionado anteriormente, Martin Luther King, prêmio Nobel da Paz em 1964, foi um dos grandes expoentes do movimento de defesa dos direitos civis dos negros americanos, mas isso lhe custou a vida. No dia 4 de abril de 1968, foi assassinado com um tiro. As imagens 1, 2 e 3 mostram os personagens em questão.

A história americana está repleta de fatos que tem como pano de fundo os crimes de ódio provocados pelo pensamento eugenista. Se voltarmos para meados do século XIX, certamente encontraremos as razões desse sentimento de superioridade. Tais ideias eram alimentadas por uma crença arraigada na história da nação.

Imagem 1: Rosa Parks. Imagem 2: Ruby Bridges em seu 1º dia de aula. Imagem 3: Martin Luther King.



A crença no destino manifesto e na eleição divina, que tem estado na base das guerras norte-americanas ao longo dos séculos, tornou-se ainda mais perigosa ao ser reforçada pelo darwinismo. Nas décadas de 1880 e 1890, intelectuais norte-americanos conservadores usaram a teoria darwinista da seleção natural como justificativa para seus objetivos políticos, numa fusão de ideias religiosas e biológicas (DORNELES, 2012, p. 124-125).

Tais crenças são sustentadas por uma teoria científica. Ao formular sua teoria da evolução das espécies, Charles Darwin estava contribuindo ainda mais com os defensores dessa crença, dando lastro para a Eugenia e base científica em que seus defensores buscavam apoiar e justificar suas ideias. No entanto, o próprio Darwin tinha em seu íntimo o pensamento eugenista. Ele reconhecia que os “mal nascidos”, deveriam no mínimo serem impedidos de procriar, que a lei da seleção natural deveria ter a cooperação da sociedade. Diz ele:

Entre os selvagens, os indivíduos fracos de corpo ou de mente são logo eliminados, enquanto que os sobreviventes exibem uma saúde vigorosa. Já no que se refere a nós outros, homens civilizados, fazemos o possível para combater o processo de eliminação, construindo asilos para os deficientes mentais, os aleijados, os doentes, e instituindo leis de assistência aos pobres, sendo que nossos médicos lançam mão de todo os seus recursos para salvar as vidas de qualquer semelhante que esteja em risco de morrer. Há razão para se acreditar que a vacinação em massa tenha preservado milhares de pessoas de constituição fraca, que sem ela teriam sucumbido à varíola. Devido a coisas como essa, os membros fracos das sociedades civilizadas acabam por propagar seu tipo. (DARWIN, 2019, p. 114-115)

Ele continua argumentando que não poderia estimular-se o cruzamento entre o que achama de raças inferiores.

Ninguém que tenha empreendido o cruzamento de animais domésticos dúvida de que tal atitude pode ser altamente prejudicial à raça do homem. É surpreendente que um simples descuido ou uma providência mal tomada pode acarretar a degeneração de uma raça doméstica! Com efeito, salvo no que se refere ao homem, dificilmente haveria alguém tão ignorante que se incentivasse, ou mesmo permitisse, o cruzamento de seus piores exemplares (...) daí aceitarmos sem queixa os indubitavelmente maus efeitos da sobrevivência e reprodução dos fracos, o que não nos impede de termos consciência da necessidade de criar algum tipo de obstáculo à sua propagação, impedindo que os membros mais débeis e inferiores

da sociedade se casem de maneira tão liberada quando os sadios. Esse obstáculo pode ir-se tornando cada vez maior, até transformar-se numa efetiva proibição ao casamento e procriação dos fracos de corpo ou mente, o que me parece constituir antes uma esperança que uma possibilidade real (DARWIN, 2019, p. 114-115)

De acordo com Da Silva e Leão (2018), o darwinismo também está por trás dos processos de colonização e do imperialismo.

O nacionalismo e os atributos culturais também fundamentaram as ações imperialistas e as guerras coloniais. Ambos instrumentalizaram as lutas por colônias, a pilhagem e a subjugação dos povos dominados. Como afirmamos anteriormente, as teorias raciais contribuíram para o discurso colonialista, na medida em que utilizaram as distinções entre as raças, as civilizações e as línguas, disseminadas pelo darwinismo social, para legitimar a missão civilizatória sobre as áreas consideradas “atrasadas” (...). Seus princípios científicos sustentaram o imperialismo ao afirmar que o progresso econômico não deveria ser estancado por populações atrasadas. Sua teoria propagou argumentos para as conquistas coloniais, justificando as guerras que ocorreram para a eliminação dos mais débeis. O darwinismo social auxiliou, assim, na legitimação do expansionismo territorial europeu e contribuiu para a estruturação de impérios coloniais pelas nações mais “avançadas” econômica e culturalmente (DA SILVA e LEÃO, 2018, p. 314).

Do colonialismo ao imperialismo e muito do que sucedeu na história da expansão que ultrapassou as fronteiras de muitos continentes, encontramos ideais eugênicos. Esses ideais serão a inspiração para aquele movimento que podemos dizer, escreveu a página mais triste da história da humanidade: o nazismo. Para Diwan (2020), “muitas das ideias implantadas pela Alemanha nazista foram inspiradas nas leis eugênicas implantadas nos Estados Unidos”. Adolf Hitler - a menção desse nome causa arrepio -, o gesto do braço estendido causa indignação, a cruz suástica - símbolo de atrocidades - causa medo. O nazismo, sistema ideológico surgido na Alemanha nos anos iniciais de 1900, se tornou a versão mais atroz resultante do pensamento eugênico. Diwan (2020) acredita que “a eugenia na Alemanha está diretamente ligada à ascensão de Hitler ao poder, em 1933. No entanto, não é verdadeiro dizer que as ideias eugênicas pertencem apenas a ideologia nazista”.

As raízes do pensamento eugênico na Alemanha datam do final do século XIX, especialmente após o lançamento do livro de Darwin. Foi na Alemanha que a eugenia adquiriu seu aspecto mais radical e talvez a maior atrocidade da história moderna tenha sido cometida sob o seu endosso. Durante o regime nazista implantado por Adolf Hitler, centenas de milhares de pessoas foram esterilizadas compulsoriamente e mais de seis milhões perderam suas vidas em nome da higiene da raça, não somente na Alemanha, mas em todos os territórios ocupados durante a Segunda Guerra Mundial (DIWAN, 2020 p. 64).

Hans Gunther e Adolf Hitler disseminaram ideias racistas ligadas à pureza de raça e à superioridade nórdica na Alemanha (DIWAN, 2020). O que vai determinar o êxito dessas ideias é sua chegada ao poder. Como Diwan nos explica:

A partir da chegada de Hitler ao poder, as ideias contidas em seu livro *Minha Luta* (1925) puderam ser implantadas. Um ano antes de se tornar chanceler - sua posse foi em 30 de janeiro de 1933 -, a Alemanha havia aprovado o código de regulamentação dos casamentos para membros da SS, obrigando certificados de saúde para as famílias. Além disso, proibia que seus membros tivessem ascendentes judeus ou ex-escravos em sua árvore genealógica. Esse código antecipou as Leis Raciais de 1935, o início da radicalização do regime (DIWAN, 2020, p. 68).

Para entender o holocausto, necessariamente precisamos entender os motivos que está por trás do ódio, do antissemitismo e do racismo alemão, a eugenia, a ideia da linhagem pura, da raça ariana. Métodos de castração foram implantados na Alemanha nazista como nos explica Diwan (2020).

A eugenia negativa postulou que a inferioridade é hereditária e a única maneira de livrar a espécie da degeneração seria através da esterilização eugênica (consentida ou não); da segregação eugênica (por exemplo, o confinamento em sanatórios); das licenças para casamento e das leis de imigração restritiva. Por definição, a eugenia negativa prevê também métodos como eutanásia, o infanticídio e o aborto (...). Durante os anos de 1939 e 1945, os países ocupados pela Alemanha nazista implantaram tais medidas, tirando a vida de milhões de pessoas de diferentes grupos étnicos e religiosos, adultos ou crianças, em nome da “pureza” racial ariana (DIWAN, 2020, p. 50).

Mas há algo que o estudo sobre o tema nos levou a descobrir em relação ao movimento eugenista na Alemanha. Boa parte dos cientistas que ajudaram a formar o embrião do eugenismo na Alemanha de Hitler eram judeus. Até então, diz Diwan(2020), “muitos dos geneticistas que defendiam a eugeniação na Alemanha eram judeus”. Ela continua dizendo o seguinte:

Existiram eugenistas e diversos cientistas da área da biomédica judeus na Alemanha que penalizados pelas Leis Raciais de 1935, foram obrigados a deixar o país, mas seguiram com suas profissões e ideologias, ainda que eugenistas. Por exemplo, o psiquiatra Franz Kallmann defendeu a esterilização de 10% da população alemã, acreditando que possuíam o gene da esquizofrenia. Após emigrar para os Estados Unidos, tornou-se membro da Sociedade Americana de Eugenia (DIWAN, 2020, p. 68, 69)

O arianismo, o conceito de uma raça pura defendida por Adolf Hitler e seus compatriotas, foi algo tão profundamente estupefacente, alcançou o profundo da mente de quem o defendeu a ponto de vermos ser difundido e divulgado por alguém que foi perseguido e teve seu povo massacrado. O pensamento eugênico criou raízes tão profundas, que vez por outra ainda encontramos simpatizantes do nazismo em nossos dias. Num passado não muito distante, a religião foi usada como forma de alienação, discriminação e perseguição, dividiu em classes os santos e os ímpios. A ciência em seu desenvolvimento inicial também foi usada para o mesmo fim, dividindo em raças superiores e inferiores os membros da sociedade, e, assim, regimes totalitários fizeram uso de teorias afins para implantar seus pressupostos.

33
1294

EUGENIA E O BRANQUEAMENTO DO BRASIL

A imigração de povos de outros países contribuiu muito para o desenvolvimento do Brasil em diversas áreas. É inegável os quanto italianos, alemães, japoneses, árabes, negros e espanhóis e outras nacionalidades, contribuíram para formar o que somos como nação. No entanto, é preciso também lembrar, que motivos não tão nobres fizeram parte desse processo. A vinda especialmente de italianos e alemães, tinha no seu cerne o reflexo do pensamento eugênico do final do século XIX e início do século XX. O pensamento era de que havia a necessidade do “melhoramento” da raça brasileira, já que segundo os defensores da eugenia seríamos uma raça inferior, e o europeu traria uma enorme contribuição no processo de melhoria da raça.

O biólogo e antropólogo inglês Herbert Spencer (1820–1903) cunhou o conceito de darwinismo social, definindo que a evolução também ocorria na sociedade e que os povos estariam em diferentes etapas de civilização. Nessa linha de pensamento, os brasileiros seriam “menos evoluídos” do que os europeus, por exemplo, sobretudo na questão do trabalho (...), as justificativas para a imigração variavam, sendo a eugenia uma delas. Alguns cientistas acreditavam que as “raças puras” eram mais saudáveis, o que corroboraria o discurso supremacista perante os mestiços. Vale destacar que os negros não eram vistos como civilizados o suficiente, ou seja, apenas os brancos europeus tinham alcançado um grau mais alto nesse aspecto (...). Mesmo que a eugenia como proposta estatal tenha se consolidado apenas nas primeiras décadas do século XX, estava enraizada nesses conceitos criados anteriormente. O “branqueamento” do povo brasileiro, composto por muitos negros, foi uma das formas de justificar a imigração europeia (FREITAS, 2020 p. 12).

Em resumo, mais do que questões econômicas a imigração tinha um propósito específico, branquear a nação. A educação eugênica no Brasil teve seu auge nos anos de 1920 defendida pelo médico Renato Kehl. Congressos e livros

publicados por intelectuais defendiam a limpeza racial e o branqueamento do país. De acordo com Diwan (2020, p. 87) é dele a seguinte afirmação: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”! Ela conclui dizendo o seguinte:

Dessa premissa dependia a melhoria da raça brasileira. Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas. Políticas compulsórias como restrição à imigração, a esterilização e o controle de casamentos estavam entre suas propostas.

E, para que essa premissa fosse adiante, para que encontrasse eco, era necessária uma educação eugênica. Nessa empreitada uniram-se intelectuais que deram respaldo ao pensamento eugenista, sociedades foram criadas com o intuito de legitimar atividades do eugenismo no país. Foram elas:

No Brasil, em 15 de janeiro de 1918 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo. A criação dessa sociedade contou com a participação de Renato Ferraz Kehl (1889-1974) e teve o apoio e patrocínio do médico Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Considerada a primeira sociedade eugênica da América do Sul, suas atividades encerraram-se em 1919. Em 1929 iniciam-se as publicações do Boletim de Eugenia na cidade do Rio de Janeiro, e em 1931 funda-se a Comissão Central Brasileira de Eugenia, composta por dez membros (DOMINGUES, 1942 *apud* FAGGION, 2018, p.33).

O branqueamento da nação, era a pauta dos interesses daqueles que advogavam os ideais eugênicos, a miscigenação era o impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava loucura, a criminalidade e a doença” (DIWAN, 2020). Essa declaração, vem dos médicos da Faculdade de Medicina de Salvador que, segundo Diwan, “acreditavam na inferioridade racial negra”. Por volta do ano de 1904, o país passava pela Revolta da Vacina, movimento que era contrário à vacinação em massa contra a varíola. A revolta popular disparou um gatilho, dando aos eugenistas um argumento importante na defesa de suas teses racistas.

Entre os dias 10 e 16 de novembro, a capital do país tornou-se um campo de guerra. Barricadas, saques e incêndios foram realizados em sinal de descontentamento com a determinação do governo. Vacinar-se era visto como violação. Mesmo com tanta revolta, para os médicos e sanitaristas uma coisa era certa: a emergência em curar o país enfermo. Para tornar o Estado mais saudável, seria necessário extirpar todos os resquícios de nossa miscigenação. Civilizar nossa herança indígena, roubada pelos portugueses, e branquear nossa herança negra, desprezada após a abolição da escravidão, em 1888 (DIWAN, 2020, p.92).

Diwan argumenta, que os defensores do eugenismo surgiram no “efervescer desses conflitos e tinham propostas e soluções para curar o Brasil”. Como mencionamos no capítulo anterior, apoiando-se em “teses científicas”, como ela nos diz: “muitos eram os caminhos para essa limpeza. O branqueamento pelo cruzamento, controle de imigração, a regulação dos casamentos, o

segregacionismo e a esterilização”. Médicos, advogados, intelectuais de todas áreas estavam engajados na campanha de criar um povo brasileiro saudável. De acordo com Diwan (2020), figuras conhecidas como Roquette-Pinto, Monteiro Lobato, Oswaldo Cruz, Vital Brasil, Carlos Chagas e Emílio Ribas eram grandes defensores da eugenia e da limpeza étnica.

Na América Latina, o Brasil não apenas foi o país que primeiro desenvolveu seu movimento eugênico, como também foi o que reuniu o maior número de adeptos e o que mais sucesso teve no processo de institucionalização da eugenia. Basta lembrar que a primeira sociedade eugênica criada pelos brasileiros, a Sociedade Eugênica de São Paulo, foi fundada ainda nos anos 1910 e contou com nada menos que 140 membros, a maioria formada pela elite médica do país (SOUZA, 2016, p. 96).

Em sua obra, Souza (2016) argumenta que embora o movimento eugênico brasileiro tenha sido uma realidade, não chegou ao extremo do radicalismo por um fator preponderante no país, a força do catolicismo. Diz ele:

Para a autora, dois fatores em especial conformaram a eugenia na América Latina como um padrão mais “suave” de pensamento eugênico. O primeiro aspecto se relacionava à forte tradição católica e o papel da Igreja na organização da sociedade (...) Para os intelectuais católicos, esses eram assuntos que deveriam ser tratados como questões de ordem moral e religiosa, não passíveis de intervenção política ou médica, o que limitava a proposição de medidas mais radicais como a esterilização eugênica (STEPAN, 2005 *apud* SOUZA, 2016, p. 94).

No entanto, a medicina assume o papel de extirpador dos males que assolavam a sociedade. E o saneamento será a porta de entrada para tais ideias.

Os “homens da ciência” eram considerados como os responsáveis por conduzir a marcha rumo ao progresso da nação, sendo o trabalho e a produtividade as grandes forças regeneradoras. Os médicos higienistas e sanitaristas passaram, então, a exercer influência não apenas sobre o observável, mas também sobre os processos referentes aos modos de ser dos indivíduos (Rocha, 1995; 2003; Mota, 2005 *apud* MOTA e MARINHO, 2013, p. 51,52).

E não vai demorar para que a educação eugênica chegue às escolas, e a literatura seja usada para a propagação desse pensamento. Para Mota e Marinho (2013), “a influência do saber médico na gestão das atitudes cotidianas estendeu-se também à prática escolar, direcionando as propostas pedagógicas a moralizar e normatizar o encontro entre adultos e crianças no processo de aprendizado”. A eugenia no Brasil não foi um movimento isolado no sentido de apenas um grupo sem influência a defendesse, mas um movimento tão organizado a ponto de ter um artigo da Constituição de 1934 no artigo 138¹, que defendia a educação eugênica.

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 29/08/2022.

LIVROS DIDÁTICOS COMO

INSTRUMENTO DISCRIMINATÓRIO

4

A educação nos meados de 1930 se caracterizava pela produção de obras organizadas em forma de manuais (FONSECA e BARROS, 2016). De acordo com o autor, diferentemente da grande maioria dos manuais de história da educação, nele encontramos um tópico voltado exclusivamente para o tratamento da educação dos negros.

O negro era o escravo e, para tal fim, chegou ele no Brasil. O jesuíta foi contra a escravidão, mas não pôde vencer a sociedade da Colônia e da Metrópole que, na escravidão, baseavam sua lavoura e economia. Por isso, o negro jamais pôde ir a escola. Com dificuldade, conseguiam os missionários que, aos domingos, pudessem os escravos assistir à missa, rezada na capela dos engenhos ou em outro lugar. (TOBIAS, 1972, p. 97 apud FONSECA e BARROS, 2016, p. 26)

Para Fonseca e Barros (2016), depois de tal afirmação, “a escravidão não é minimamente problematizada, mas reduzida a um conjunto de práticas que não se diferenciam no tempo e nem tampouco no espaço”. Citando mais uma vez a obra referida, mesmo depois da proclamação da independência e mesmo com negros libertos, não lhes será, muitas vezes em mais de uma província, permitido frequentar escolas. Tobias (1972 apud FONSECA e BARROS, 2016, p. 27), menciona então, os estados brasileiros que proibia negros de frequentar a escola, como Rio de Janeiro, Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Então, limitar o acesso ao conhecimento, as condições de trabalho dignas, e permanecer em subempregos, leis de segregação racial foram os métodos empregados. Nesse processo, a educação foi o meio encontrado para segregar. Logicamente, o negro acabou por ser vítima das circunstâncias nas quais se encontrava.

Com a expansão da cafeicultura, a cidade atraía ex-escravos,

trabalhadores rurais e estrangeiros, que encontravam situações insalubres de trabalho, baixos salários e altos aluguéis para habitar em cortiços. Essa população era definida pelos médicos como degenerada, suja e doente, que ameaçava o corpo social pelas doenças que transmitia e pelos inúmeros cortiços que surgiam nos bairros residenciais. Diante do caos gerado por essas transformações, fazia-se necessário, segundo diziam os representantes do Estado, o restabelecimento do equilíbrio e da ordem, a busca por uma sociedade que desenvolvesse o modo de produção capitalista sem ser prejudicada pela luta de classes (TELAROLLI JR., 1996; ROMERO, 2002; MOTA, 2005 apud MOTA E MARINHO, 2013 p. 49 apud).

O Brasil República se rendeu ao pensamento eugênico, Rocha (2014, p. 2) assegura que:

Durante a República, a imagem de um Brasil mais branco se caracterizou pelo incentivo à entrada de imigrantes, privilegiando aqueles de origem europeia tendo em vista o “branqueamento da raça”. Tal ideologia influenciou sobremaneira o discurso de parlamentares deste mesmo período, sendo responsável por articular na Constituição de 1934 medidas que viessem a demonstrar o que a sociedade branca e alfabetizada idealizava para a educação no Brasil. A mesma Constituição que estabeleceu a garantia de ensino primário e sua gratuidade em todo o estado nacional brasileiro, também garante a defesa através do Art. 138 da mesma constituição, que os mulatos, negros ou deficientes (de qualquer nível) são limitados perante a educação, e que ações de ordem social, filantrópica ou educativas seriam apenas paliativas e não resolveriam o problema da raça.

Sanitarismo, saneamento, saúde pública são palavras que foram usadas como justificativa para a disseminação da eugenia, através da qual a segregação encontrou espaço. Para podermos entender a evolução da história da educação no Brasil segundo Fonseca e Barros (2013), precisamos analisar a produção de manuais de história. Tais literaturas excluía a forma de tratamento dado aos negros no processo educacional. Eles citam a obra “História da educação brasileira”, de José Antônio Tobias, publicada pela primeira vez em 1972. Além disso, relatam que:

Diferentemente da grande maioria dos manuais de história da educação, nele encontramos um tópico voltado exclusivamente para o tratamento da educação dos negros. Isso se constitui em característica singular deste livro, pois esse é um tema que com pouquíssima frequência aparecia de forma explícita nas publicações de história da educação. Contudo, o assunto ocupa apenas três das mais de quinhentas páginas que compõem o livro (...) (FONSECA e BARROS, 2013, p. 26).

De acordo com os autores, “no Rio Grande do Sul foram encontrados indícios que sugerem que havia algum tipo de impedimento para os negros frequentar escolas”:

No livro de Primitivo Moacyr – que basicamente limita-se a descrever documentos oficiais relativos à instrução pública - encontramos a seguinte determinação em uma Lei de 1837, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul: “são proibidos de frequentar as escolas públicas: 1º. as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2º

os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos.” (MOACYR, 1940, p. 431 *apud* FONSECA e BARROS, 2013, p. 26, 27).

O interessante é que, mesmo que a literatura seja voltada para explicar ou relatar a questão do negro no começo do século, ela é contraditória. Comparada a fala de Fonseca e Barros (2013) com a de João Ribeiro (1936), vemos, no mínimo, a descrição de visões diferentes.

A guerra do Paraguai termina em 1870. A ela seguiu-se entre nós grande expansão da riqueza pública e avivou-se o sentimento democrático das instituições. Começava agora a grande reforma social. Em 1871 (28 de setembro) libertava-se o ventre escravo e criava-se um fundo de emancipação para os captivos que ainda sofriam os horrores da escravidão. Daí em diante a propaganda pela abolição imediata vai ganhando numerosos prosélitos até que a instituição servil desapareça, conforme já vimos anteriormente (RIBEIRO, 1936, p.144-145).

Enquanto um apresenta uma visão realista do negro dentro do seu contexto, o outro faz um recorte fora da realidade. Os livros didáticos têm um papel importante na formação da visão do negro no imaginário popular. Segundo Rangel (2001) o livro didático deveria:

Contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno” (RANGEL, 2001, p.13).

Muito do desconhecimento da história do povo africano e das atrocidades que o envolveu, e também outros aspectos de outras civilizações se deve a omissão no livro didático de aspectos históricos, como nos diz Silva:

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e auto-estima (SILVA, 1995, p. 47).

Um instrumento de vasto alcance e influência, contribuindo para esconder um passado que ainda é presente em nossos dias pela forma como a sociedade discrimina ou torna invisível aqueles que não se enquadram no estereótipo criado.

De modo geral, ele omite ou apresenta de forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico – cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros...Em relação à população negra, sua presença nesses livros foi marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas últimas décadas (MUNANGA 2005, p. 23).

No próximo capítulo, será feita uma análise das falas dos autores e

o quanto tais declarações contribuíram de forma consciente ou não, para a disseminação do pensamento eugênico, tendo o livro didático como um instrumento para a propagação de seus ideais.

CS1

**A EDUCAÇÃO COMO
INSTRUMENTAÇÃO EUGÊNICA**

Após uma viagem no tempo, buscando conhecer a origem, a prática e a influência do pensamento eugênico em grande parte das sociedades que se desenvolveram, tendo como base para isso a história, é interessante notar que determinados grupos com suas ideologias e cosmovisões buscaram se valer de algo legítimo para propagar suas premissas. A educação tem sido um instrumento utilizado como forma de dominação; sendo assim, não estamos imunes a essa influência. Como vimos anteriormente, no auge do movimento eugênico no Brasil, intelectuais, políticos, artistas, foram cooptados por essas ideias. Analisando alguns livros didáticos, é possível perceber de maneira explícita ou mesmo implícita, o quanto os ideais eugênicos foram propagados, e a educação escolar foi a porta de entrada para a dominação das massas.

Para fazermos uma análise de tudo que já foi dito, usaremos nesse começo o livro chamado “O Novo Brasil - Ensaio Político - 1939”, do autor Alvimar Silva². Nele o autor deixa transparecer a ideia de que a miscigenação é um problema, e tem a esperança de um tempo em que haverá uma homogeneização da raça brasileira com base nos pressupostos eugênicos (imagem 4).

Uma rápida biografia do autor penso ser necessária para contextualizar o momento histórico em que tais fatos ocorreram. Alvimar Silva nasceu em Viana, ES, em 09 de abril de 1911. Autodidata, era também poeta e jornalista e escreveu obras como “Filosofia do Estado Novo” entre outras. Silva, tinha uma íntima ligação com o governo vigente. Nessa obra “Ensaio Político”, de 1939, encontramos de maneira clara a política eugenista praticada durante a Era Vargas. O autor faz a seguinte declaração, deixando transparecer claramente

2 Nasceu em Viana, ES, em 09 de abril de 1911. Autodidata. Administrou, durante algum tempo, o Cemitério Municipal de Vitória, chefiando, em seguida, o Serviço de Propaganda e Turismo da prefeitura da mesma cidade. Faleceu em Vitória, em 27 de março de 1943, tragicamente. Publicou: Clarões (poesias, 1935); Oração à Pátria (discurso, 1938); Ecce Homo (discurso de posse na AEL); O novo Brasil (Rio de Janeiro, edição do Departamento de Imprensa e Propaganda, 1939). Patrono da Academia Espírito Santense de Letras

em sua fala que uma nova raça haveria de surgir no Brasil, uma raça mais pura, mais harmônica, com a predominância de um tipo, o branco:

Imagem 4: O Novo Brasil.



Não será o excessivo zelo patriótico possível de justificar a minha ignorância, que me vá levar a confessar a existência em nosso país de uma raça autônoma e perfeita. Absolutamente, basta um olhar superficial olhar as regiões brasileiras, desde os confins do norte amazônico às planícies gaúchas, para que se chegue a conclusão de que em nosso território se processa uma elaboração étnica verdadeiramente fenomenal. Uma enorme massa de povo, de origens diversas, amalgama-se dia a dia na formação que ainda se encontra no início, de uma raça que só o futuro conhecerá realmente: a raça brasileira (SILVA, 1939, p. 7, 8).

Anteriormente, no primeiro capítulo, vimos Diwan (2020) destacar o seguinte conceito defendido pelos higienistas: “a miscigenação era o impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava loucura, a criminalidade e a doença”. Para Silva (1939) a evolução faria a sua parte. O autor continua sua argumentação usando a expressão transmutação, que se refere a um processo de transformação, uma mudança profunda e radical de um estado para outro. O biólogo e antropólogo inglês Herbert Spencer (1820–1903) usou um outro termo - darwinismo social - para definir esse estado de evolução social defendida por Silva (1939). Ele continua sua fala dizendo o seguinte:

Desde o descobrimento, quando pisou a terra selvagem o primeiro homem branco, se deu o começo a constituição de uma nação que, se hoje é politicamente e economicamente independente, ainda permanece escrava, ou permaneceu até bem pouco, das inquietações dessa confusa e intérmina variação racial (SILVA, 1939, p. 8).

Para Silva a mistura de raças é uma confusão. Lembrando do contexto histórico, o período é o que convençionalmente chamamos de Estado Novo, quando a Constituição de 1934 assegurava o ensino da Eugenia em nossas escolas. A busca pela raça perfeita, o brasileiro ideal, passava por um processo de padronização. Ele reconhece a formação étnica da nação com sua diversidade, no entanto, ele chama de “problema étnico” essa mistura e cita as imigrações de brancos europeus como uma indicada possibilidade de construção de uma perfeição racial.

Assim, se não procuramos solucionar os nossos problemas étnicos com o simplismo americano, que procurou libertar o país da raça vermelha e impedir o cruzamento com o negro, está visto que se tinha de verificar, em nossa terra, essa formidável argamassa, que vai cimentando, aos poucos, com as preponderâncias raciais mais fortes. As contínuas imigrações de brancos, principalmente para o Sul, vão trazendo novas capacidades transformistas, indicando-nos a possibilidade de uma perfeição acentuada do tipo brasileiro (SILVA, 1939, p. 9, 10).

No pensamento de Silva (1939), não restava dúvidas quanto a solução para as mazelas sociais do país, a homogeneização da raça. Um tipo racial perfeito traria um estado de harmonia e juntamente, um equilíbrio das emoções.

Durante todo o tempo em que, no nosso País, não houve uma raça harmônica, o espírito brasileiro será inconsistente, imperseverante e, sobretudo, de profunda inquietação. Origina-se isto da confusão de sentimentos, advindos desse jogo anímico das variações étnicas. Para que, portanto, a nossa marcha para suprema perfeição, que a definição do verdadeiro tipo racial do brasileiro, seja realizada num meio de serenidade, incapaz de entrar as realizações administrativas, era necessário o estabelecimento de um regime que tentasse o equilíbrio desses sentimentos, a harmonia precisa desses caracteres em formações e em transmutações (SILVA, 1939, p. 11).

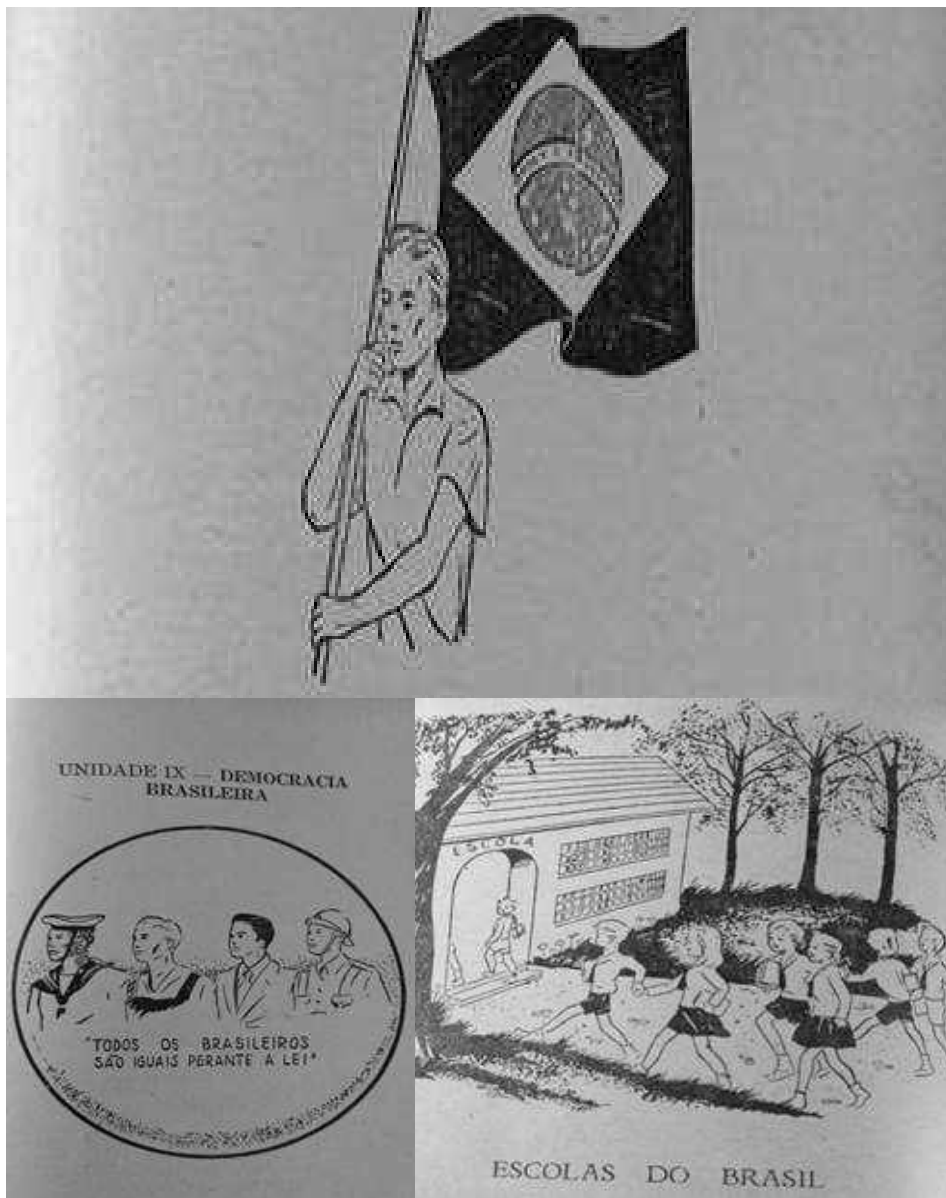
Nota-se aqui, o embrião para a formatação de um discurso que refletiria de forma nítida e explícita no livro didático, sendo usado como um instrumento de divulgação da eugenia. O que se espera de um material produzido para o ensino, é que fosse isento de concepções particulares e discriminatórias. Podemos contrastar com a fala de Rangel (2001) sobre o papel do livro didático, que diz o seguinte:

Contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno (RANGEL, 2001, p.13).

A análise da obra de Alvimar Silva revela de forma explícita o conteúdo eugenista e o anseio de uma população evoluída, que se desenvolveria através de um processo de seleção natural ou darwinismo social. A próxima obra a ser analisada foge a regra do formato da apresentação pois, apenas de forma implícita que se percebe o tratamento dispensado às outras etnias que compõem o povo brasileiro. O cidadão brasileiro aparece como um caucasiano,

como se a nação fosse formada apenas por uma única etnia. “Criança Brasileira” é o título da obra de Theobaldo Miranda Santos produzida no ano de 1957. Nesta obra, as ilustrações demonstram o sentimento que permeou o Brasil naqueles anos. (Imagens 5, 6 e 7)

Imagens: 5, 6 e 7: Criança Brasileira.



A imagem número 5 ilustra o cidadão brasileiro representado por um jovem branco que segura a bandeira do Brasil. Já a figura 6 mostra quatro pessoas em funções diferentes e não vemos o negro, índio ou amarelo compondo o quadro. A imagem número 7, por sua vez, mostra crianças tendo acesso à educação escolar. No entanto, em nenhuma delas, percebemos a representação do negro como alguém que também tem direito a educação. Como dito anteriormente, o artigo 138 da Constituição de 1934³ destacava a educação eugênica, nas escolas. A prática era contraditória ao discurso de um Brasil para todos, pois representava um país que renegava sua miscigenação, que ansiava por uma raça mais pura e branca, que adotou políticas sanitárias para a melhoria da raça. As escolas foram instrumentalizadas para a propagação dessa política e o livro didático foi um meio para alcançar um fim. Santos (1957) dá uma mostra do discurso demagógico ao falar sobre a escola:

A maior riqueza do Brasil são as suas escolas primárias, secundárias, técnicas ou superiores, todas elas contribuem para o progresso e felicidade da Pátria. E que nos bancos estudam e trabalham as crianças e os jovens cujas inteligências e corações o Brasil deposita esperança. Pois o futuro de uma nação depende do desenvolvimento intelectual e moral de seus filhos. As escolas primárias educam as crianças, procurando tornar os mesmos cidadãos honestos e trabalhadores. As escolas secundárias completam as tarefas dos cursos primários, preparando os jovens para as escolas superiores. As escolas técnicas formam os artífices de que a indústria, o comércio e a agricultura necessitam para exercer suas atividades. O progresso de um povo depende muito de suas escolas técnicas. As escolas superiores preparam os médicos, os engenheiros, os advogados, os professores e outros profissionais de que o Brasil precisa para defender a saúde do povo, construir casas e estradas, manter a justiça, cultivar as ciências e educar a juventude. Todas as crianças e jovens do Brasil devem amar suas escolas e respeitar seus professores. Precisam considerar suas escolas como prolongamentos dos seus lares (...). Deverão estudar e trabalhar sem descanso, para que possam, mais tarde, ser úteis aos seus semelhantes e cooperar na obra sagrada do engrandecimento da Pátria (SANTOS, 1957, p. 102, 103).

Analisando de forma minuciosa o texto de Santos, notamos que, para ser um cidadão aceito nessa sociedade perfeita e patriota, há um padrão comportamental, ético e moral. Por mais belo e encantador que pareça o discurso, há um tom discriminatório e de exclusão na fala do autor. Como bem vimos através de Diwan (2020), a educação eugênica não era inclusiva, havia segregação e aqueles que não se encaixavam dentro do padrão eram descartados para, não dizer eliminados.

A eugenia negativa postulou que a inferioridade é hereditária e a única maneira de livrar a espécie da degeneração seria através da esterilização eugênica (consentida ou não); da segregação eugênica (por exemplo, o confinamento em sanatórios); das licenças para casamento e das leis de imigração restritiva. Por definição, a eugenia negativa prevê também métodos como eutanásia, o infanticídio e o aborto (...). Durante os anos de 1939 e 1945, os países ocupados pela Alemanha nazista implantaram tais medidas, tirando a vida de milhões de pessoas de diferentes grupos étnicos e religiosos, adultos ou crianças, em nome da "pureza" racialariana (DIWAN, 2020, p. 50)

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 29/08/2022.

Certamente, dentro desse período em que vivia a sociedade brasileira, ainda que de forma sutil, a eugenia estava presente pois não haveria espaço para deficientes visuais, auditivos, possuidores de limitações físicas ou intelectuais. Não havia ambiente de inclusão para que indivíduos com limitações tivessem acesso à educação. A educação sempre esteve na pauta dos discursos políticos; o período em que mais serviu aos propósitos do Estado para a implantação de suas ideias, sem dúvida nenhuma, foi o que chamamos Estado Novo. Materiais didáticos foram produzidos tendo a figura do presidente Getúlio Vargas e seus discursos patriotas como expoente de uma política populista. Esse pensamento fica nítido na obra “A Juventude no Estado Novo”, onde o discurso é ilustrado com imagens que representam o país dos sonhos, o Brasil branco. As imagens ilustrativas representam o pensamento da época (ver imagens 8, 9, 10, 11, 12 e 13).

Imagens 8, 9, 10, 11, 12 e 13: Juventude no Estado Novo.



Interesses nacionais, essa é a máxima usada por quem de forma autoritária detém o poder e deseja subjugar o povo por meio de manobras políticas. O Estado Novo apresentava essa característica. A propaganda política tem sido a marca registrada dos regimes totalitários. Para isso, o Estado precisa agir na forma de monopólio das informações, sendo ele mesmo a fonte geradora ou fiscalizadora, determinando o que pode ou não ser ouvido. Nazismo, fascismo e o comunismo russo no período do Estado Novo se assemelhavam no sentido de dominar e usar as instituições para a consumação de seus objetivos políticos e de dominação. Como afirma Garcia (1999):

A reprodução das relações de dominação, em uma formação social, se realiza através dos aparelhos ideológicos do Estado [...], durante o Estado Novo, realmente, as diversas instituições foram postas sob controle de forma a atuarem no sentido de reproduzir, através da ideologia, as relações vigentes. Não obstante, o papel mais significativo coube à propaganda e, portanto, ao aparelho ideológico de Estado da informação. [...] Para a realização da propaganda, montou-se um sistema de controle em que o Estado monopolizava todos os meios de produção e difusão de ideias (GARCIA, 1999, p. 136, 137, 138).

Todo um cenário foi construído para o estabelecimento permanente de um projeto político, e não somente no campo das ideias, mas ganhava forma física através de construções e tudo que pudesse lembrar o líder forjado por meio de uma dominação ideológica.

Esses órgãos, destinados a dirigir ou obstar a difusão de ideias, manipulavam de maneira permanente e absoluta todos os recursos e meios de comunicação disponíveis, nenhuma informação poderia ser veiculada fora dos limites e condições estabelecidos. Paralelamente, o meio físico ia sendo remodelado de forma a tornar-se unidimensional. As construções, a decoração geral, as denominações de ruas e logradouros, as placas, tudo era cuidado para que se adequasse às ideias divulgadas pela propaganda, tornando-as mais concretas e permanentes e sugerindo a força e a eficiência onipresente do Estado (GARCIA, 1999, p. 138).

Certamente, as escolas serviram para a implementação das ideias estadonovistas e de base para a mudança de mentalidade. Uma reformulação na educação traria uma visão projetada de um país desenvolvido com base nos pressupostos eugênicos.

Nas primeiras décadas do século XX, a 'redenção' da nação seria pensada pelos intelectuais, organizada pelas políticas de saúde (entendidas como as políticas de higienização) e também a educação, em que os modelos de virtude, de corpo eram do homem branco, europeu. A Europa era a referência de civilidade e progresso a ser seguida. Mesmo que nos discursos se abordava a diversidade e miscigenação da população brasileira, na prática o 'modelo' era do homem de cor branca, pele clara, viril e não a população indígena ou afrodescendente (RENK, 2014, p.4).

A história da abolição da escravidão por exemplo, é apresentada nos livros didáticos com um viés romantizado, como se fosse resultado de um clamor popular e personagens são aclamados como heróis e heroínas que

lutaram pela liberdade e o fim da discriminação. Na obra intitulada “História do Brasil para o uso das aulas do Curso Preliminar do ano de 1931, escrita por José Antonio Hermida, é pintado um quadro apoteótico de vivas e salvas para o evento da assinatura da Lei Áurea, como se isso fosse um anseio da elite brasileira, que dependia da mão-de-obra escrava em suas fazendas (Imagem 14).

Imagem 14: História do Brasil - Curso preliminar.



Citações romantizadas mexem com o imaginário popular, formando ideias e opiniões distorcidas dos fatos, que muitos negacionistas tendem a defender ou mesmo esconder. Esse pensamento é claramente exemplificado na fala de Hermida (1931).

Desde 1821, tinha-se abolido o tráfico dos africanos; porém nisso ficou, até aparecer o vulto proeminente do Visconde do Rio Branco, que conseguiu muito em favor dos escravos, não só fazendo passar a lei áurea do ventre livre, como ainda dando ao escravo o direito de queixa contra seu senhor, que até então lhe era vedado; e para completar tão grandiosa lei, que todos os partidos endossaram, ainda deu esperanças aos que gemiam no cativeiro pela criação do fundo de emancipação. [...] Coube a sereníssima Princesa Isabel a lei da abolição, quando, pela primeira vez, regia o Brasil, na ausência de seu augusto pai. No meio de aplausos indescritíveis a Princesa Regente leu no dia 3 de maio de 1888 a costumada fala do trono, em que propôs a supressão total da escravatura. As câmaras nos dias seguintes discutiram essa proposta, com o entusiasmo, e com tanta pressa, que a lei aprovada pelo senado no dia 13 de maio, e nesse mesmo dia foi sancionada pelo Augusto Princesa Regente. O regozijo, que durou muitos dias, foi público, universal, indescritível. Não houve o mínimo abalo no câmbio, e qual pelo contrário, foi subindo de modo, que, no ano seguinte atingiu uma altura inexcedível (HERMIDA, 1931, p. 131 e 132).

Em contraste com a fala de Hermida (1931), Fausto (2006) nos relata que a abolição da escravidão no Brasil não se deu de forma voluntária e festiva, mas, com base em pressão internacional, feita especialmente pela Inglaterra:

Sob o último aspecto, Alencastro acentua o inter-relacionamento conflituoso entre o Império brasileiro, interessado na manutenção do tráfico de escravos e do escravismo, e as pressões inglesas com o objetivo de, pelo menos, pôr fim ao tráfico [...]. O Brasil conseguiu adiar, por vários anos, medidas efetivas no sentido de acabar com o tráfico de escravos, após ver sua independência reconhecida pela Inglaterra. Mas é certo que a Inglaterra continuou pressionando o governo imperial brasileiro (FAUSTO, 2006, p. 172 e 173).

Como vimos, há uma espécie de vistas grossas a um fato histórico que insiste em ser ignorado ou mesmo apresentado de maneira distorcida. O Estado Novo abriu os sulcos para que se plantasse a semente da eugenia no país, segregou e promoveu de maneira sutil, o ambiente para uma limpeza étnica ou a estruturação do darwinismo social que se transmutou e sustenta o que chamamos de racismo estrutural.

Outro que merece nossa análise é Joaquim Silva, autor de História da Civilização para o Primeiro Ano Ginásial do ano de 1934 (imagem 15 e 16). Nessa obra, o autor faz algumas colocações que devem ser avaliadas à luz de outras declarações sobre a escravidão.

Falando da África, a qual ele se refere como continente negro, Silva faz as seguintes afirmações:

Muito vagos eram os conhecimentos geográficos sobre a África, ainda no começo do século passado. O que se sabia do continente negro limitava-se a certas partes das costas e pequena extensão do Egito e mais regiões mediterrâneas. O interior do continente permanecia fechado, provocado pelo mistério dos seus desertos

imensos, de suas florestas impenetráveis, de seus rios caudalosos, a coragem dos exploradores, amigos da ciência geográfica ou de arriscadas aventuras. [...] Na América já não era possível encontrá-las (colônias). Assim as expedições puramente científicas à África foram sendo seguidas de numerosas outras, para a conquista e colonização. As primeiras expedições ao interior do continente lutaram com tremendas dificuldades. A descoberta das terras africanas é uma série de heróicas aventuras, tendo aí, não raro, a geografia seus mártires: cientistas, exploradores, missionários, sacrificados pelos selvagens ou pelas feras ou pelas moléstias, quando não pela sede e pela fome nos areais dos desertos (SILVA, 1934, p. 2019).

Imagem 15 e 16: História da Civilização.



O autor apresenta a colonização do continente africano de forma romantizada, como se fosse um filme de aventura, onde o homem branco, cheio de boas intenções, explora um continente inóspito e perigoso, e na procura de conhecê-lo, é vitimado pelos que ele chama de selvagens. É um contraste muito grande com o que os colonizadores fizeram com o povo africano. Marquese (2006) traz alguns números das verdadeiras vítimas da colonização.

O volume do tráfico transatlântico de escravos para a América portuguesa, que já era o maior do Novo Mundo, duplicou na primeira metade dos Setecentos. Entre 1701 e 1720, desembarcaram nos portos brasileiros cerca de 292 mil africanos escravizados, em sua maioria destinados às minas de ouro. Entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760 (MARQUESE, 2006, p. 8).

Como já referido, o livro didático foi usado como um instrumento para a propagação do idealismo de governos totalitários. Em especial, no período conhecido historicamente como Estado Novo, serviu para os interesses da classe dominante e para a implementação de ideais eugênicos, discriminatórios em uma sociedade que insistia em olhar para a Europa como modelo a ser seguido. Este período tão aclamado por muitos gerou mitos, deu vida a personalidades

que se tornaram heróis, e que em virtude de um discurso populista, medidas e ações tendenciosas criou um abismo entre as raças que compõem este país. A educação eugênica ganhou forma e força, exatamente nesse período que é marcado por profundas transformações políticas e sociais do Estado. A escola foi base para semear e difundir um pensamento discriminatório, e o livro didático, o instrumento de legitimação de dominância. Como já citado anteriormente por Corrêa (1999), o livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação. Em muitos casos, segundo o autor, sendo usados como instrumentos de legitimação de poder, sendo responsáveis pela manutenção e difusão de determinadas cosmovisões. Dentre essas, está a Eugenia, que permeia a nossa sociedade e se alastra como um viço, permanecendo ainda nos dias atuais na expressão do racismo estrutural, xenofobia e outras formas discriminatórias.

6

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

O ano de 1964 marcou o início de um dos períodos mais tristes da história do Brasil, que foi a Ditadura Militar. Perseguição política, censura, tortura, assassinatos, desaparecimentos de pessoas, exílio, foram os resultados dessa fase em que o totalitarismo imperou. Como todo o poder arbitrário, não foi diferente com o governo desse período, legitimar suas ações usando um método ou veículo que pudesse influenciar no pensamento e na cosmovisão dos indivíduos que compõem a sociedade, foi a arma utilizada. As imagens ilustram os momentos de tensão e repressão vividos nos anos da ditadura:

Imagens 17 e 18: Ditadura Militar.



Durante a ditadura militar, a escola foi o instrumento para a disseminação dos pressupostos militares, e o livro didático, como ocorreu no Estado Novo, também foi usado como ferramenta de dominação. Uma disciplina em especial marcou profundamente este momento, a Educação Moral e Cívica. Tal disciplina visava a formação de uma consciência patriótica, embora não fosse algo novo, pois assim, também se viu anteriormente no Estado Novo, com a tese do branqueamento da nação. A educação nas mãos do Estado, sempre serviu para um único propósito, solidificar um regime autoritário e sem contestação. Como nos diz Santos:

[...]a partir do Golpe Civil Militar de 1964, foi instituída, de forma obrigatória, a disciplina escolar de Educação Moral e Cívica. Era um saber escolar provindo de várias áreas, com algumas adaptações e releituras, e extremamente ligado aos ideais de formação de um cidadão valoroso e patriota, que se mostrasse orgulhoso de seu país e preparado para um futuro de progresso. Após ser instaurado o golpe, foi inaugurada uma nova fase que demandava novos cidadãos (SILVA, 2013 *apud* SANTOS, s.d.).

Para tanto, o livro didático serviu perfeitamente, como em outros momentos da história do país, como o ponto de partida para a construção de um cidadão patriota e que sem contestação poderia aceitar as distorcidas ideias de democracia apregoada pelo regime militar. Marcado por censura e grande controle por parte do governo, de acordo com Nascimento (2016) com a Lei nº 5.692 de 1971⁴, ocorreram várias mudanças no âmbito educacional. Entre essas tantas mudanças, uma delas foi extinguir ou dificultar o ensino da disciplina de história, como argumenta Santos (2016, p. 34), por meio dessa lei que a disciplina História acompanhado da Geografia perdeu sua autonomia e passou a integrar a disciplina de Estudos Sociais, que englobava os conteúdos das duas disciplinas. O mesmo autor apresenta de forma clara, que o pensamento eugênico estava ainda arraigado na sociedade brasileira e que se utilizava o conhecimento histórico para exaltar grandes personagens como exemplos a serem seguidos, bem como, certos grupos sociais e étnicos foram deixados de lado. Cartilhas foram fartamente usadas no processo de alfabetização, as imagens abaixo ilustram alguns desses materiais. Um olhar analítico e crítico das imagens contidas na capa das cartilhas mostra de forma clara o pensamento eugênico presente também nesse período.

Com o conceito de higienização da raça plenamente estabelecido, arraigado, essa imagem não é apenas uma ilustração, mas a expressão fidedigna de uma mentalidade que estava no consciente da nação. Como já visto anteriormente, a educação serviu como uma forma de segregar, de separar e criar uma raça superior de pessoas de pele clara e inteligente em detrimento de outros. Vemos na imagem 19 uma professora e uma aluna branca que reflete bem o conceito da educação eugênica. Ao fundo, o mapa do Brasil, o país que, ao ter contato com a Eugenia, passou a sonhar e planejar-se para ser uma nação caucasiana. Fato bem retratado por Diwan (2020) quando afirma que o branqueamento dos corpos do povo brasileiro era o alvo a ser alcançado.

4 Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71 | Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em: 30/10/2022.

Imagens 19: Tabuada: Ensino Prático para a Aritmética. Cartilha do Período da Ditadura Militar.

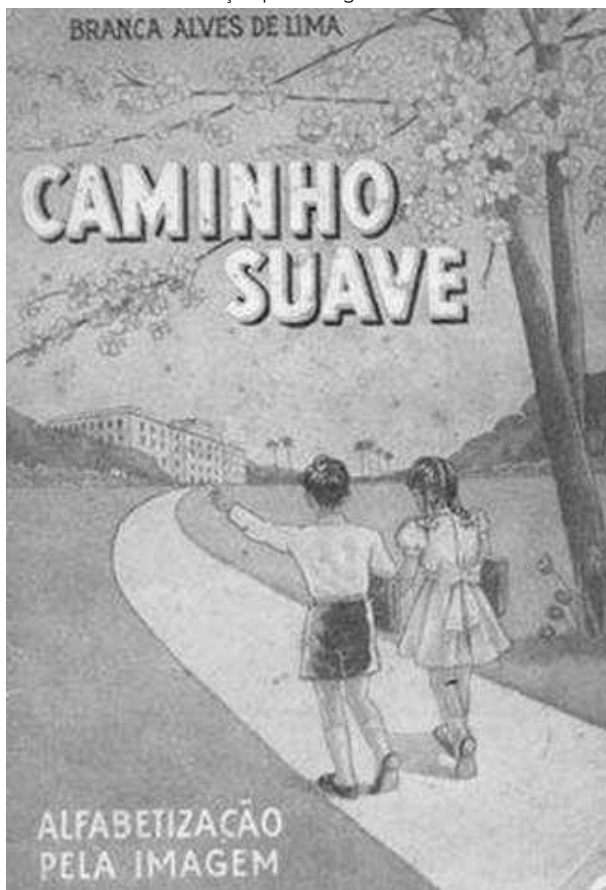


Como é popular dizer, “uma imagem vale mais que mil palavras.” Fazendo o uso de imagens que promoviam essa distinção, as cartilhas serviram também como forma de dominação. Vale lembrar que o nazismo, mais do que ninguém, foi um exímio utilizador de imagens e propagandas para promover seus ideais. Há um poder convencedor numa imagem, e os propagadores do pensamento eugênico se utilizaram dessa arma. Sendo assim, a publicidade de ideias de forma sutil ou explícita, foi explorada ao extremo através de materiais didáticos.

A publicidade consiste em criar espaços midiáticos que o emissor possa controlar por inteiro. Isso é verdadeiro para o que constitui o essencial desse domínio, ou seja, a publicidade de marcas, [...] publicidade política ou governamental ou [...] em favor de grandes causas nacionais ou humanitárias (BRETON, 1999, p. 42 *apud* ALMEIDA, 2016, p. 4).

Usando o poder da propaganda, doutrinas consideradas importantes pelo regime militar foram sendo disseminadas mantendo as características eugênicas como veremos na próxima imagem. Com o título de “Alfabetização pela imagem”, essa outra cartilha mostra que a eugenia também estava presente e era utilizada de forma representativa e iconográfica por seus disseminadores. (Imagem 20)

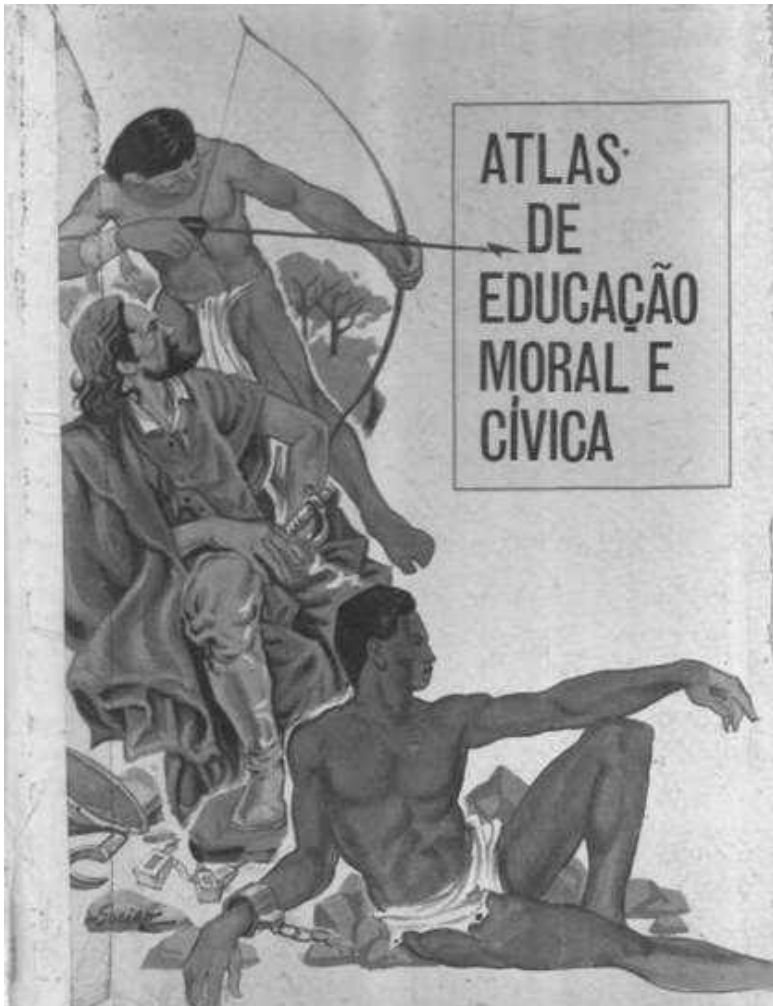
Imagem 20: Caminho Suave: alfabetização pela imagem. Cartilha do Período da Ditadura Militar.



Essa imagem é realmente interessante, traz o idealismo militar nas cores verde a amarela, uma estrada que se parece com a faixa do centro da bandeira do Brasil onde está escrito, “Ordem e Progresso”, o aluno aponta para a escola como um alvo a ser alcançado, sendo essa o símbolo do progresso. A representação da nação se dá por duas crianças brancas, como se o país tivesse apenas uma representação étnica. Ou seja, mais uma vez a imagem reflete o pensamento eugênico. Vale lembrar que Munhoz (2020) trata com propriedade quando fala do valor e da influência de uma imagem para comunicar uma ideia. Ou seja, imagens falam, comunicam uma ideia.

Educação Moral e Cívica, essa foi a forma como a educação foi usada para “patriotizar” o Brasil no momento em que se estabeleceu o regime militar ditatorial. Como já mencionado anteriormente, a escola foi o *modus operandi* para o fortalecimento do regime; livros didáticos e cartilhas, os instrumentos de dominação utilizados para a sua consumação. De forma explícita e estereotipada se vê o pensamento eugênico estampado pela maneira como são representados, o homem branco, o índio e o negro (imagem 21).

Imagem 21: Atlas de Educação Moral e Cívica. Cartilha do Período da Ditadura Militar.

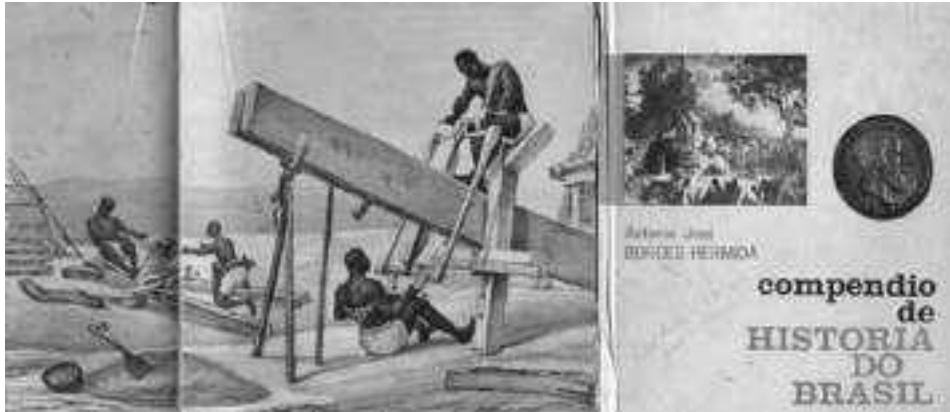


O bandeirante aparece com o olhar altivo, como alguém superior com sua mão a espada, com ouro, tendo um negro escravizado aos seus pés e acorrentado, musculoso, apto para o trabalho. Um índio como alguém indolente, alheio aos fatos, pensando apenas em sua sobrevivência. Até

mesmo em sua ilustração, as cartilhas representavam o estudante brasileiro como alguém branco e de classe social diferenciada, não fugindo ao padrão estabelecido pela ideia já presente no consciente da sociedade e o negro como a figura estereotipada de um escravo. Essa imagem ilustra de maneira clara a fala de Freitas (2020) no que diz respeito a imigração, quando se refere ao europeu como ser superior dotado de inteligência e civilizado, o indígena e o negro como seres inferiores de menos capacidade intelectual, o que, portanto, justificaria tal tratamento.

Na análise do material didático da época, também encontramos na obra de Antônio José Borges Hermida, “Compêndio de História do Brasil: primeira e segunda séries do curso médio”, do ano de 1968, exatamente essa forma de visão para com o grupo étnico que representava e representa grande parte da formação da nação brasileira. Abaixo seguem, como ilustração, imagens da obra de Hermida.

Imagem 22 e 23: Compêndio de História do Brasil.



Nesta obra, Hermida faz uma descrição contraditória e fora da realidade sobre o quadro da escravidão no Brasil, afirmando o seguinte:

A escravidão tornou-se necessária no Brasil, porque os trabalhos nas plantações e nos engenhos, onde se fabricava o açúcar, exigiam muita gente. [...] No Brasil os escravos eram em geral bem tratados. Mas, como havia casos de castigos cruéis, o rei de Portugal proibiu, em 1700, que os escravos fossem marcados a ferro quente, mutilados ou açoitados por faltas sem importância (HERMIDA, 1968, p. 66, 70).

Foram 350 anos de escravidão, com um número exorbitante de seres humanos traficados. Segundo Marquese (2006, p. 8), entre 1720 e 1741, novo aumento: 312,4 mil indivíduos. Nas duas décadas seguintes, o tráfico atingiu seu pico máximo: 354 mil africanos escravizados foram introduzidos na América portuguesa entre 1741 e 1760. Hermida apresenta a escravização como se a necessidade fosse uma justificativa para tamanha atrocidade. Argumenta que os escravos eram bem tratados e se contradiz quando fala de que eram marcados a ferro. Em sua fala a respeito dos castigos cruéis, deixa transparecer que dependendo da falta cometida pelo escravizado, ou seja, uma falta grave

justificaria um castigo mais duro como, por exemplo, o indivíduo ser marcado a ferro. A declaração é sutil, mas implícito está o pensamento já formatado pelos defensores da eugenia de que há seres superiores e outros inferiores. Para chegar a tais conclusões, a educação, o instrumento que tem o caráter de elevar o ser humano, tirá-lo das mazelas sociais, dar-lhe dignidade e uma visão de mundo diferenciada, foi usado como modo de dominação e até mesmo de extermínio daqueles que não se adequaram aos padrões impostos. No entanto como diz Nascimento (2016), sempre houve a resistência:

Observa-se o quanto a educação foi instrumentalizada para atingir determinados fins durante o período ditatorial, mas apesar da implantação e difusão das ideias moralizadoras e disciplinadoras no sistema educacional brasileiro, existiram resistências, pois o “controle e a dominação não se fazem de forma absoluta” (FONSECA, 2003, *apud* NASCIMENTO, 2016, p. 37).

Um instrumento poderoso como a educação foi usado para silenciar, coagir, dominar, disseminar ideias racistas preconceituosas e mesmo justificar tais ações. Revisar a História no sentido de solidificar a verdade, pesquisar, ir a fundo em busca de novos conhecimentos, e como diz Hobsbawn (1994), “os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio”. A educação, é um instrumento universal que pode perfeitamente por fim as diferenças étnicas, sociais, raciais e mesmo culturais no sentido de que podemos aprender que o diferente é crescimento, pois aprendemos aquilo que não sabemos, ensinamos aquilo que temos e respeitamos aquilo que desconhecemos ou não concordamos.

1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando responder a problemática sobre como o pensamento eugênico foi propagado nos livros didáticos de História no período que compreende o Estado Novo e Regime Militar, a presente pesquisa visou apresentar argumentos com base numa pesquisa histórica. Resgatou-se, para isso, livros didáticos utilizados no período, para uma análise detalhada de como os pressupostos higienistas foram disseminados e encontraram, no campo da educação, uma maneira de se estabelecer no seio das sociedades, em especial a sociedade brasileira.

É na História Antiga que encontramos a raiz do pensamento eugênico: em Esparta, na Grécia, especialmente por sua cultura bélica, crianças com qualquer tipo de deficiência física eram descartadas a morrer.

O sentimento de superioridade sempre permeou as sociedades, os chamados inferiores eram escravizados, mais por conta de serem dominados do que por sua etnia ou cor. No entanto, esse sentimento e pensamento se modificou, ganhando uma conotação diferente, no entendimento por parte de alguns de que havia classes inferiores e outras superiores; isso fez com que houvesse dominantes e dominados. A crença no destino manifesto e na eleição divina fez com que esse sentimento se manifestasse de maneira tão cruel, a ponto de não haver o menor sinal de empatia ou piedade de seus praticantes. Um outro aspecto que contribuiu para o estabelecimento dessas premissas foi o darwinismo com a lei do mais apto e da seleção natural. A distorção das ideias de Charles Darwin e mesmo o seu próprio posicionamento ajudaram na criação do chamado darwinismo social. A verdadeira ciência trouxe uma contribuição inestimável para o progresso da humanidade, no entanto, a pseudociência sustentou o pensamento eugênico e deu-lhe o suporte necessário para as suas ações perversas e legitimou, mesmo na área acadêmica, as práticas discriminatórias que se consolidaram como verdade por longo tempo.

Os séculos de escravidão ganharam uma justificativa com um viés científico e um ponto de vista acadêmico, o colonialismo foi explicado a partir dessa premissa. Homens letrados e inteligentes foram capturados pela eugenia, o pensamento da boa linhagem, do bom nascimento, diria a “síndrome do sangue azul”, separou os diferentes, fortalecendo o então chamado darwinismo social. A Europa e a América desenvolveram suas visões a respeito da eugenia, suas histórias estão manchadas pela discriminação e também pelo sangue das vítimas de tais pensamentos e práticas. Os séculos XIX e XX, especialmente, entram para a história como os mais cruéis, pois é onde vemos, de forma mais acentuada, as manifestações eugênicas. A guerra da Secessão dividiu os Estados Unidos da América em dois, Norte contra o Sul, escravagistas versus abolicionistas, uma nação cuja Constituição declara igualdade entre todos os homens, sucumbiu à eugenia. Vê-se que o pensamento eugênico deixou um povo cego. O Brasil se rendeu à eugenia e sonhou com o branqueamento da nação, um povo caucasiano aos moldes da Europa. Instrumentalizada pela própria Constituição do país, as escolas foram usadas como meio de discriminação e os livros didáticos como instrumento de difusão de ideias racistas, xenofóbicas e preconceituosas.

O período historicamente chamado Estado Novo foi o auge da eugenia no Brasil, pois as bases para o racismo estrutural ganharam forças e o resultado ainda hoje é sentido na sociedade brasileira, onde programas, como cotas raciais são necessárias como forma de reparação. O negro, o oriental, o índio, o mestiço foram estereotipados, considerados inferiores, não merecendo um lugar de destaque a sociedade. O racismo, a xenofobia se estabeleceram de tal maneira, que passados décadas, continua latente no seio da sociedade brasileira e mundial. Se um país “se faz com homens e livros”, então, talvez aqueles a quem é negado acesso a esses livros provavelmente não sejam homens, ou ainda, talvez não sejam dignos de ser chamados de homens. Racismo estrutural, xenofobia, discriminação de toda ordem foi resultado da Eugenia. Em suas determinadas épocas a semente foi semeada, deu frutos que alimentou a mente de pessoas chamadas cultas. A Alemanha nazista com seus médicos, professores, engenheiros e intelectuais, é um exemplo para o mundo do que a educação na sua pior versão é capaz de fazer. O *apartheid* americano rende frutos até nossos dias, uma nação claramente dividida, diferentemente do Brasil, que insiste no discurso de uma democracia racial que declara não haver racismo. No entanto, o que a pesquisa mostra é exatamente o contrário. A própria Constituição brasileira defendeu o ensino da educação eugênica nas escolas. O que torna brancos, negros, índios e orientais diferentes? Apenas um pensamento, o pensamento eugênico, a teoria da superioridade racial, da boa linhagem, do bom nascimento. Pensamento este que tomou a forma da discriminação étnica e racial, e que a pesquisa de maneira contundente mostrou através de fontes fidedignas o resultado prático em sociedades que buscaram aplicar os conceitos eugênicos em sua população, e que a História possui fartos registros.

Ao finalizar esta pesquisa, percebe-se que o instrumento que trouxe uma mudança radical no mundo, que são os livros, serviram também para a difusão do pensamento eugênico. Fica claro que pessoas e, porque não dizer também o Estado, se valeram de algo legítimo para a disseminação de ideias

racistas, xenofóbicas e preconceituosas, criando um abismo social entre os iguais, um antagonismo, formando uma barreira de separação.

Tratar do tema eugenia foi esclarecedor e ao mesmo tempo desafiador, manter-se neutro enquanto homem negro, entendendo não estar defendendo uma pauta social, e sim, buscando subsídios através da pesquisa acadêmica para poder entender ou mesmo explicar, o que uma ideologia funesta é capaz de fazer com uma sociedade. Ideologia essa que buscou pautar-se na ciência para defender seus pressupostos e deixou rastros sinistros na história das nações: milhares ou mesmo milhões de vítimas de ideias discriminatórias e de superioridade racial e étnica foram o resultado final.

ALMEIDA, Paulo Vinícius Cavalcante de. **Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação Imagem e texto: uma reflexão sobre a linguagem Publicitária**. Revista COMFILOTEC, vol. 2, 2016. Disponível em: https://www.fapcom.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/Artigo-Paulo_-_rev_cic-revisada.pdf. Acesso em: 06/22/2022.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. Cadernos Cedes, ano XX, n 11 o 52, novembro/2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/yTJRZTvmDVZ5dfGfF6b3VQB/>. Acesso em: 21/08/2022.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. Editora Contexto. São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/1955-negra-rosa-parks-se-recusa-a-ceder-lugar-a-um-branco-nos-eua_e9cde12eba4a2410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html. Acesso em: 21/08/2022.

DORNELES, Vanderlei. **O último império: a nova ordem mundial e a contrafação do reino de Deus**. Tatuí-SP, Casa Publicadora Brasileira, 2012. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/1968-martin-luther-king-e-assassinado/>. Acesso em: 21/08/2022.

DARWIN, Charles. **A origem do homem e a seleção sexual**. Td. Eugênio Amado, 2ª ed., Belo Horizonte-MG, Ed. Garnier, 2019.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira, LEÃO, Karl Schurster Sousa. **Por que a guerra? Das batalhas gregas às ciberguerras: uma história da violência entre os homens**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREITAS, Eduardo Pacheco. **História do Brasil Império** [recurso eletrônico] - SAGAH- Porto Alegre, 2020.

FAGGION, Melline Ortega. **PSICOLOGIA E EUGENIA: percursos da história**. Maringá-PR, 2018. Disponível em: www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-arquivos-teses-e-dissertacoes/dissertacao_melline.pdf. Acesso em: 23/08/2022.

FONSECA, Marcus Vinícius, DE BARROS, Surya Aaronovich Pombo. (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

HERMIDA, Antônio José Borges, **Compêndio de História Geral, para os cursos de grau médio**. 53ª ed. São Paulo, Editora S. A. - São Paulo, 1968. Disponível em: <https://archive.org/details/compendio-de-historia-do-brasil-antonio-jose-borges-hermida-1969/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 23/08/2022.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia**. 1ª. ed. – Curitiba: Appris, 2020.

MUNANGA Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília -DF 2005. Disponível em: <https://livrariapublica.com.br/pdf-superando-o-racismo-na-escola-kabengele-munanga-org-dominio-publico/>. Acesso em: 25/08/2022.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. **A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa**. Estação Científica (UNIFAP), 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/37294127/A_Ditadura_Militar_e_o_ensino_de_História_uma_relação_conflituosa. Acesso em: 30/10/2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ernani Cesar de. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 2a ed., Novo Hamburgo: Fevale, 2013.

PETEAN, Antonio Carlos Lopes. **O Racismo e o diálogo entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais**. REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA Vol.3, Nº1. Jan. de 2014. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=O+Racismo+e+o+diálogo+entre+as+Ciências+Humanas+e+as+Ciências+Naturais&btnG. Acesso em: 23/08/2022.

ROCHA Simone. **Educação eugênica na constituição brasileira de 1934**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: https://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1305-1.pdf. Acesso em: 22/09/2022.

RIBEIRO, João. **Rudimentos de História do Brasil**. Curso Primário, ED. 14ª, Livraria Francisco Alves, São Paulo-SP, 1936. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/1268>. Acesso em: 25/08/2022.

RANGEL, Egon. Livro didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalçado. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). O livro didático de Português: múltiplos Olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-negro-nos-livros-didaticos-um-enfoque-nos-papeis-sociais/>. Acesso em: 25/08/2022.

RENK, Valquiria Elita. **O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná** Acta Scientiarum. Education, vol. 36, núm. 2, julho-diciembre, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303331286006>. Acesso em 12/10/2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/en/31418201/A_eugenia_brasileira_e_suas_conexões_internacionais_uma_análise_a_partir_das_controvérsias_entre_Renato_Kehl_e_Edgard_Roquette

[Pinto_1920_1930_Revista_História_Ciência_Saúde_Manguinhos_vol_23_supl_1_Rio_de_Janeiro_dez_2016_p_93_110](#). Acesso em: 25/08/2022.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAQ – Centro de Estudos Afro – Orientais, 1995

SILVA, Alvimar. **O Novo Brasil- Ensaio Político- 1939**. Rio de Janeiro: S.D. Rio, 1939.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Criança Brasileira, Terceiro Livro de Leitura**. 12. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1957.

SILVA Joaquim. **História da Civilização para o Primeiro Ano Ginasial**, 8ª ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo-SP. 1934.

SANTOS, Márcia Regina. **EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA: UM INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO POLÍTICA**. Disponível em: [09_171-579-1- Educacao Moral e Cívica \(mouralacerda.edu.br\)](#). Acesso em: 30/10/2022.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Rosa Parks. Disponível em: <https://pt.org.br/rosa-parks-mulher-negra-simbolo-da-luta-contra-o-racismo/>. Acesso em 06/10/2022.

Imagem 2: Ruby Bridgs em seu 1º dia de aula, escoltada pela polícia. Disponível em: <https://www.nps.gov/people/rubybridges.htm>. Acesso em 06/10/2022.

Imagem 3: Martin Luther King. Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/martin-luther-king/>. Acesso em 06/10/2022.

Imagem 4: Capa do livro, O Novo Brasil- Ensaio Político- 1939. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 5: Cidadão brasileiro, homem branco com a bandeira do Brasil. Criança Brasileira. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 6: Quatro pessoas brancas, com a frase sobre igualdade perante a lei. Criança Brasileira. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 7: Crianças brancas indo a escola. Criança Brasileira. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 8: Capa da Cartilha, A Juventude no Estado Novo com discursos de Getúlio Vargas. Disponível em: https://www.ael.org.br/patronos_e_academicos/cadeira_21.html. Acesso em: 12/10/2022.

Imagem 9: Turma de alunos brancos em uma escola. Disponível em: <https://>

www.ael.org.br/patronos_e_academicos/cadeira_21.html. Acesso em: 12/10/2022.

Imagem 10: Menino branco em um laboratório. Disponível em: https://www.ael.org.br/patronos_e_academicos/cadeira_21.html. Acesso em: 12/10/2022.

Imagem 11: Getúlio Vargas discursando a juventude branca do Brasil. Disponível em: https://www.ael.org.br/patronos_e_academicos/cadeira_21.html. Acesso em: 12/10/2022.

Imagem 12: Menino branco com a bandeira do Brasil. Disponível em: https://www.ael.org.br/patronos_e_academicos/cadeira_21.html. Acesso em: 12/10/2022.

Imagem 13: Um dos discursos de Getúlio Vargas. Disponível em: https://www.ael.org.br/patronos_e_academicos/cadeira_21.html. Acesso em: 12/10/2022.

Imagem 14: Capa do livro História do Brasil- Curso preliminar. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 15: Capa do livro História da Civilização. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 16: Contracapa do livro História da Civilização. Disponível em: Museu Dom Diogo de Souza.

Imagem 17: Ditadura Militar, homem sendo perseguido por policiais. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+70&qs=NWB&pq=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+&sk=NWB2&sc=9-32&cvid=812E940693704BE784764DA93A5688E0&FORM=QBRE&sp=3>. Acesso em: 06/11/2022.

Imagem 18: Ditadura Militar, homem sendo levado preso por policiais. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+70&qs=NWB&pq=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+&sk=NWB2&sc=9-32&cvid=812E940693704BE784764DA93A5688E0&FORM=QBRE&sp=3>. Acesso em: 06/11/2022.

Imagem 19: Capa Cartilhas da Tabuada de Matemática. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+70&qs=NWB&pq=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+&sk=NWB2&sc=9-32&cvid=812E940693704BE784764DA93A5688E0&FORM=QBRE&sp=3>. Acesso em: 06/11/2022.

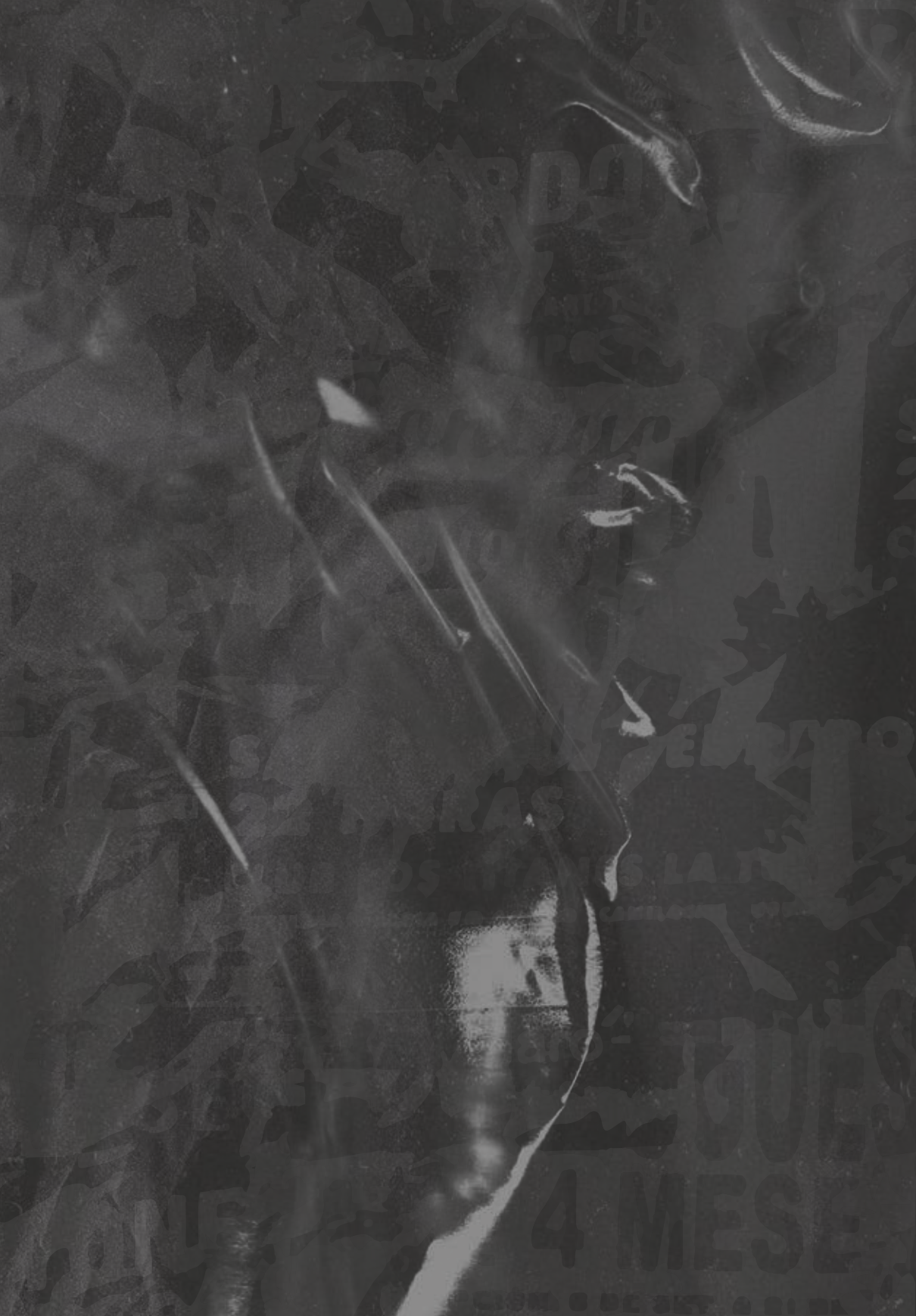
Imagem 20: Capa da Cartilha Caminho Suave. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+70&qs=NWB&pq=imagem+cartilha+da+tabuada+anos+&sk=NWB2&sc=9-32&cvid=812E940693704BE784764DA93A5688E0&FORM=QBRE&sp=3>. Acesso em 06/11/2022.

Imagem 21: Capa Atlas Educação Moral e Cívica. Disponível em: <https://www>.

[bing.com/images/search?q=imagem+cartilha+da+caminho+suave&form=HDRSC2&first=1&tsc=ImageHoverTitle](https://www.bing.com/images/search?q=imagem+cartilha+da+caminho+suave&form=HDRSC2&first=1&tsc=ImageHoverTitle). Acesso em: 06/11/2022.

Imagem 22: Capa do livro *Compêndio de História do Brasil*. Disponível em: <https://archive.org/details/compendio-de-historia-do-brasil-antonio-jose-borges-hermida-1969/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 06/11/2022.

Imagem 23: Escravos trabalhando. Disponível em: <https://archive.org/details/compendio-de-historia-do-brasil-antonio-jose-borges-hermida-1969/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 06/11/2022.



4 MESE

NON SULL'ORIGINE